

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

JUNIOR, Alberto do Amaral . Alberto do Amaral Junior (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 45min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Alberto do Amaral Junior  
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

## *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História de vida

**Entrevistador(es):** Clarissa Piterman Gross; Muriel Soares;

**Levantamento de dados:** Clarissa Piterman Gross;

**Técnico de gravação:** Ignorado;

**Local:** São Paulo - SP - Brasil;

**Data:** 18/12/2012 a 19/12/2012

**Duração:** 3h 45min

Arquivo digital - áudio: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivo a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

**Temas:** Advocacia; Atividade acadêmica; Atividade profissional; Bélgica; Cooperação acadêmica; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Diplomacia; Direito; Direito comercial; Direito do consumidor; Direito internacional; Direitos humanos; Ditadura; Educação; Eleições; Ensino primário; Ensino secundário; Espiritismo; Esquerda; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Família; Filosofia; Formação escolar; Fundação Ford; Goffredo Telles Júnior; Infância; Internet; Jornalismo; Liberdade de expressão; Literatura; Magistério; Meio ambiente; Militância política; Obras de referência; Organização das Nações Unidas; Periódicos; Perseguição política; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Política externa; Pós - graduação; Radiodifusão; Relações internacionais; Religião; São Paulo; Sociabilidade; Sociedade civil;

## *Sumário*

*1º Entrevista:* 18.12.2012

Origens familiares; a deficiência visual na infância; os tratamentos médicos na cidade de Campinas; o esforço e a dedicação dos pais na educação do entrevistado; a superação dos obstáculos; a socialização na infância; a alfabetização pelo sistema Braile; a alfabetização, em 1968, na escola Santa Maria, na zona rural do município de Borborema; a precariedade da escola; a experiência de vida e o aprendizado na escola Santa Maria; o desenvolvimento da imaginação a partir das leituras da mãe; a transferência para uma escola na cidade de Itápolis; o aprendizado e a importância da datilografia ao longo dos anos escolares; a primeira experiência em política estudantil; o início do colegial; o sonho de fazer Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; a importância da leitura dos pais; o contato com o livro falado, em 1975, a partir de iniciativa da Fundação Dorina Nowill; a associação ao Clube do Livro Falado; a leitura de livros em Braile. Emprestados pela Fundação Dorina Nowill; as obras marcantes; Dom Casmurro, de Machado de Assis; Os maias, de Eça de Queirós; Admirável mundo novo, de Aldous Huxley; Grande sertão veredas e Sagarana, de Guimarães Rosa; Capitães da areia, de Jorge Amado; a necessidade de leitura; o projeto dos pais do entrevistado de gravar livros em fitas cassetes; o contato com o Direito; o sonho em ser diplomata; comentários sobre a escrita e a publicação de textos no jornal O Progresso, de Itápolis; o interesse pelo jornalismo; o contato com as questões internacionais; o gosto pelo rádio; o contato com rádios internacionais; o interesse por línguas; comentários sobre o interesse por política na família; a atuação política do avô paterno; a primeira eleição em que o entrevistado votou, em 1978; a influência da Carta aos Brasileiros, escrita pelo professor Goffredo da Silva Telles; comentários sobre as origens familiares; a ligação com os avós maternos; a importância do tio materno na formação do entrevistado; comentários sobre a influência do padrinho paterno; comentários sobre as amizades feitas em Itápolis; a importância e a relação com a cidade de Itápolis; a relação com a religião; a importância da aproximação com o espiritismo; a mudança para São Paulo, em 1979; o ingresso na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1979; comentários sobre os desafios impostos pela mudança para São Paulo; os professores marcantes ao longo da faculdade; os motivos pela escolha do Direito; comentários sobre a

importância do Direito para a sociedade; a participação do entrevistado na política estudantil ao longo da graduação; comentários sobre diferentes formas de transformação pessoal e do mundo; a importância da ideia de contestação para o entrevistado; a participação em movimentos de esquerda ao longo da faculdade; a militância no grupo estudantil Ação Comum; comentários sobre a necessidade de um suporte intelectual para a contestação; o desafio de afirmação pessoal durante a faculdade; o estudo como vocação; as amizades feitas durante a faculdade; a participação no Projeto Capes; a importância do período de faculdade; a influência do professor Fábio Konder Comparato; a influências dos professores Tercio Sampaio Ferraz e José Eduardo Faria; a experiência do tempo de faculdade; os aprendizados e frustrações nos primeiros anos de vida na cidade de São Paulo; comentários sobre a presença das inquietações e questões políticas nas aulas do curso de Direito na Faculdade de Direito da USP; a Faculdade de Direito da USP como um espaço de liberdade de expressão em um contexto de regime militar; comentário sobre alguns alunos que se exilaram; comentários sobre o embate entre alguns professores favoráveis ao regime militar e o desejo de contestação dos alunos e alguns professores; a influência do Livro Negro da USP; o medo do entrevistado em ser perseguido e fichado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); o ensino do Direito na época da faculdade; a busca por uma nova forma de interação entre professor e aluno.

*2º Entrevista: 19.12.2012*

As diferenças entre o ensino do Direito na época de estudante do entrevistado e atualmente; o método de ensino adotado pelo entrevistado; comentários sobre o método de ensino coimbrão; as diferenças entre a pesquisa no campo do Direito no momento em que o entrevistado estava na faculdade e atualmente; comentários sobre os projetos de pesquisa financiados pela Fundação Ford liderados pelo entrevistado; a importância do projeto Pet-Capes; a cooperação acadêmica internacional; a importância da internet na intensificação da pesquisa no Direito; o ingresso no doutorado, em 1987; a escolha de ingressar na pós-graduação; a escolha pelo Direito Comercial; a tese de doutorado sobre o Direito do Consumidor no Brasil; comentários sobre a banca de avaliação do doutorado; a relação entre a perspectiva diplomática e a vocação acadêmica; o percurso até a época da livre-docência; a experiência como docente voluntário; o processo seletivo para ingresso como professor no

Departamento de Filosofia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1995; o convite de transferência para o Departamento de Direito Internacional, em 1997; a livre-docência, em 2001; comentários sobre a publicação do manual de preparação de candidatos à carreira diplomática a pedido do Instituto Rio Branco; o concurso de ingresso na Faculdade de Direito da USP como professor efetivo, em 2003; o concurso de titularidade, em 2007; comentários sobre o impacto do projeto Pet-Capes; a especialização na Bélgica, em 1993; comentários sobre o trabalho como advogado; comentários sobre a relação entre a atividade prática do Direito e a atividade acadêmica; o desafio dos cursos jurídicos no Brasil atualmente; a importância do computador na vida do entrevistado; comentários sobre a discriminação sofrida em alguns momentos da vida universitária e profissional; o episódio de discriminação por parte do Tribunal Federal da Terceira Região; o esforço do entrevistado em se fazer respeitar os direitos dos deficientes visuais e físicos no Brasil; comentário sobre o desejo de contribuir para a reflexão em matéria de política externa; comentários sobre a experiência de escrever um artigo sobre Paris para o jornal Folha de São Paulo; comentários sobre o desenvolvimento institucional no Direito Internacional; comentários sobre a necessidade de uma maior democratização da Organização das Nações Unidas (ONU); comentários sobre o panorama da preparação de juristas brasileiros para a atuação na esfera internacional atualmente; a importância do livro Direito de Assistência Humanitária, de autoria do entrevistado; comentários sobre o livro Comércio Internacional e Proteção do Meio Ambiente, de autoria do entrevistado, publicado em 2011; o desenvolvimento no livro do método O Diálogo das Fontes; comentários sobre as relações entre Direito Internacional, Direitos Humanos e proteção do meio ambiente; comentários sobre a busca pessoal por constante melhora; o momento de auto valorização profissional; a cooperação acadêmica; o alcance do trabalho acadêmico do entrevistado; a nomeação para a Academia Paulista de Letras Jurídicas, em 2011; comentários sobre a necessidade de um enriquecimento humanista dos cursos jurídicos no Brasil; os desafios enfrentados pelos cursos jurídicos no país; comentários sobre o que seria um grande jurista; comentários sobre a permanência da essência dos sonhos juvenis na vida do entrevistado; a necessidade de construção de um Direito cosmopolita.

1º entrevista: 18/12/2012

Muriel Soares – São Paulo, 18 de dezembro de 2012, primeira entrevista com o professor Alberto do Amaral Junior para o projeto História Oral do Campo Jurídico em São Paulo a cargo das pesquisadoras Muriel Soares e Clarissa Gross realizado pelo CPDOC e pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Professor, antes de mais nada, muito obrigada por nos conceder essa entrevista. Nós gostaríamos de iniciá-la com você contando sobre o local, a data do seu nascimento, as suas origens familiares...

Alberto do Amaral Junior – Eu nasci em Itápolis, que é uma pequena cidade do interior de São Paulo, que dista cerca de 350 km da capital. Itápolis no período em que eu nasci era uma cidade que tinha cerca de 15 mil habitantes e que sofreu os efeitos dramáticos da crise do café dos anos 30 e dos anos 40. Era uma cidade que na década de 30 do século passado chegou a ter 40 mil habitantes. Posteriormente a população declinou rapidamente. Parte da população buscou melhores oportunidades de vida no Norte do Paraná e parte da população se transferiu para São Paulo tentando conseguir uma vida melhor. Eu nasci em 1959, meus pais são Alberto do Amaral e Clarice Verginia Bacci do Amaral<sup>1</sup>. Meu pai era farmacêutico, ele já faleceu. Sua morte ocorreu em março de 1998, em março de 2008<sup>2</sup>, com cerca de 91 anos e meio. O meu pai cursou farmácia na cidade de Ribeirão Preto, depois trabalhou no Rio de Janeiro, retornou à Itápolis. Ele era filho de uma família numerosa e teve que trabalhar na zona rural. Em companhia do meu avô para ajudar a formação do meu tio como médico. E minha mãe uma professora primária, felizmente ainda é viva, hoje com 82 anos. E... Ambos tiveram uma função *preponderante* na minha formação moral e na minha formação intelectual. Eu quero salientar que eu sou filho único. Eu não tive irmãos. Eu tive um ferimento provocado pelo fórceps. Quando eu nasci no parto, eu era uma criança muito grande. Minha mãe tinha um organismo que exigia uma cesariana, mas na época a cesariana não foi feita. Eu fui retirado com fórceps e em função disso eu sofri um problema visual. Eu tive glaucoma e o glaucoma significou uma perda progressiva da visão. Eu de imediato perdi a visão do olho direito e progressivamente tive a perda da visão do olho esquerdo. Na infância, dos três aos sete anos, eu me submeti a

---

<sup>2</sup> O entrevistado corrige a informação da data de falecimento do seu pai para “março de 2008”.

constantes tratamentos médicos na cidade de Campinas. O Centro Médico Penido Burnier era a grande referência oftalmológica de São Paulo e do Brasil. Eu visitava *frequentemente* o Centro Médico Penido Burnier e lá eu fui submetido a quatro cirurgias. Essas cirurgias tinham como finalidade a manutenção da pressão ocular porque uma das características do glaucoma é a elevação da pressão ocular e em virtude dessa elevação há uma perda de visão. Então, todas as vezes que a pressão aumentava eu era obrigado a me submeter a uma cirurgia que se assim não ocorresse eu tinha o risco de perder ainda mais a pouca visão que eu possuía. A minha visão se estabilizou em um patamar muito baixo, na faixa dos sete anos. Ela voltou a subir *dramaticamente* quando eu tinha cerca de 26, 27 anos e eu tive que me submeter a uma nova cirurgia, já residente em São Paulo, mas, infelizmente, essa cirurgia não foi suficiente para a manutenção do resquício de visão que eu ainda detinha e eu perdi totalmente a visão. A perda da visão, obviamente, significou a necessidade de uma adaptação a uma nova circunstância de vida. Eu fui alfabetizado pelo sistema Braille graças a um esforço *enorme* da minha mãe e do meu pai. Como eu afirmei inicialmente Itápolis era uma pequena cidade que não tinha recursos educacionais, principalmente para atender às necessidades de um deficiente visual. Eu não me recordo da existência de um outro deficiente visual na cidade, nem mesmo os meus familiares se recordam. Não há casos de glaucoma na minha família, nem de doenças oftalmológicas. Eu fui o primeiro caso, isso exigiu muita criatividade, muito esforço, muita dedicação por parte dos meus pais. Eu creio que uma das características mais importantes da educação que eu recebi, foi a ideia de que apesar de ser filho único, que apesar de ter uma deficiência visual, eu nunca sofri por parte dos meus pais uma tentativa de proteger minha vida das dificuldades, dos problemas que a vida inevitavelmente traz. Então os meus pais me ensinaram desde muito cedo que a deficiência visual representava uma dificuldade a mais, mas essa dificuldade não era insuperável, ela poderia ser superada. E a sua superação dependia do meu esforço e dependia do meu interesse, da minha ativa participação na sua superação. Essa foi uma lição que eu aprendi desde muito cedo. Uma segunda lição importante que os meus pais não me superprotegeram, no sentido de que, como só [ia] acontecer das oportunidades com filhos únicos... Eu não fui uma criança que, dada a existência de uma deficiência visual, mereceu uma proteção de modo a não ter que enfrentar os mesmos problemas que uma *outra* criança tinha necessariamente que passar durante o seu período escolar. Ou mesmo, durante a sua fase formativa, nas relações com as outras crianças, ao contrário, os meus pais procuraram sempre incentivar uma ampla integração entre mim e as outras crianças e escola. E me ensinaram que

a minha vida, era uma vida mais difícil que a das outras crianças, mas que todos os obstáculos que eu tinha não eram obstáculos invencíveis e, ou intransponíveis. Que se eu tivesse esforço, se eu tivesse dedicação eu poderia vencê-los. Eu acho que uma outra característica também importante da educação que eu recebi foi, está também ensejada pela forma como eu vivi a minha infância e pelas peculiaridades da cidade onde eu nasci e passei parte da minha vida, foi ter um relacionamento muito amplo do ponto de vista social. Então a cidade era pequena, eu tinha contato na escola, desde... Com a criança que tinha poder aquisitivo elevado e com aquele que era completamente privado de recursos financeiros. Então esta foi também uma virtude, acredito, do meu processo formativo e educacional. Eu dizia a você que os meus pais foram decisivos na minha formação moral e na minha formação intelectual. Eu explico um pouco mais isso. Eu afirmei há pouco que Itápolis não dispunha de recursos para alfabetização de deficiente visual. Os meus pais tiveram que procurar meios para que eu pudesse ser alfabetizado. Uma primeira tentativa foi feita na cidade de São Carlos que na época tinha uma professora com formação em Braille e que poderia me alfabetizar. Isso quando eu tinha cerca de sete anos.

M.S. – Desculpe interrompê-lo. O senhor teve a alfabetização em Braille...

A.A. – Em Braille.

M.S. – Em paralelo à alfabetização...

A.A. – Não, não, não. Eu nunca tive alfabetização normal. Porque a visão que eu tinha era uma visão residual.

M.S. – Aos sete anos...

A.A. – Uma visão muito pequena. Era uma visão que me permitia, por exemplo, distinguir cores, mas não feições. Eu não po... Não, não, jamais consegui distinguir a face de uma pessoa e diferenciar a face de uma pessoa da outra. Eu conseguia com muito custo me locomover, eu conseguia ver as cores, eu conseguia ver o pôr-do-sol, conseguia ver a lua cheia, mas eu não pude ser alfabetizado por vias normais. Tive que ser alfabetizado por intermédio do Braille. E



como eu dizia anteriormente, os meus pais buscaram esta alfabetização com uma professora na cidade de São Carlos, mas por várias circunstâncias essa professora não pode se deslocar até a cidade de Itápolis para que o processo de alfabetização tivesse início e continuidade. Eu perdi um ano, foi então que minha mãe tomou a decisão de se transferir momentaneamente para a cidade de Adamantina, onde residia um tio meu que então era diretor de uma escola de primeiro grau. Nessa escola havia uma classe para alunos especiais, para alunos destituídos de visão. E com a professora que ministrava aulas para esses alunos, minha mãe aprendeu Braille e em aprendendo Braille passou então a me alfabetizar na escola onde ela lecionava no município de Borborema, município de Borborema é vizinho ao município de Itápolis. Minha mãe lecionava em uma escola da zona rural do município de Borborema distante 28 km da cidade de Itápolis. Mesmo antes de ser alfabetizado eu costumava ir à escola com a minha mãe. Minha mãe não tinha babá, eu ia com ela à escola, eu tinha contato com seus alunos e pude desde muito cedo perceber as precariedades que marcavam o ensino da zona rural do estado de São Paulo no final dos anos 60 e no início da década de 70 do século passado. Minha mãe começou efetivamente a me alfabetizar em 1968, eu tinha oito anos na época, ia completar nove anos e esta alfabetização se deu na escola Santa Maria do município de Borborema. E minha mãe lecionava para três séries, para a primeira, segunda e terceira séries conjuntamente. A escola onde eu recebi as minhas primeiras lições não tinha água encanada, não tinha água potável, não tinha qualquer serviço sanitário. Havia uma fossa e havia um poço onde nós bebíamos água e a escola era tão precária que se houvesse uma ameaça de chuva, por exemplo, minha mãe era obrigada a dispensar os alunos porque havia o risco de algum acidente vir a acontecer. Mas confesso que foi um período de grande aprendizado. Primeiro, um aprendizado de vida, ao mesmo tempo que eu aprendia as primeiras letras. Foi um aprendizado de vida porque eu conheci uma faceta que até então não era tão visível ou tão palpável na minha vida, que era a faceta da pobreza, da carência, da privação de recursos. Eu venho de uma família de classe média. Nós não éramos nem abastados, nem pobres. Mas convivendo com as crianças na escola Santa Maria, onde a minha mãe lecionava, eu pude perceber, de forma muito clara, quais eram as necessidades daqueles alunos, como eles tinham dificuldade em acompanhar o curso normal, que a minha mãe ministrava, porque quando se aproximava o período da safra, os pais requisitavam o trabalho de crianças que tinham sete, oito, nove, dez ou onze anos para ajudá-los. Isto evidentemente tinha um *reflexo* na formação educacional desses alunos. Eles muitas vezes permaneciam uma semana, duas, três semanas, até mesmo um mês fora da escola para

ajudar os pais e a consequência era que em alguns casos eles não conseguiam aprovação final para passarem para a série seguinte. Mas eu permaneci como aluno da minha mãe durante três anos. E foi um período extremamente gratificante porque apesar de ser minha mãe, ela foi uma professora muito exigente. É, eu ressalto aqui novamente aquilo que eu já disse a respeito da superproteção. Minha mãe não me superprotegeu nem mesmo durante ao processo de alfabetização. Eu era muito exigido, tanto na escola, quanto *fora* da escola, quando...nós estávamos em casa. Minha mãe sempre fazia ditados, dava ditados. Minha mãe insistia que eu fizesse redações porque uma das coisas que marcaram a minha infância foi que, muito precocemente, a partir dos três ou dos quatro anos minha mãe lia intensamente para mim, histórias que eu adorava e que permitiram o desenvolvimento da minha imaginação e isso foi *vital* para a minha experiência futura como professor, como escritor, como advogado. Esse período de formação inicial em que eu estudei com a minha mãe durante os três anos no município de Borborema foi, portanto, importante. Foi importante porque lá eu aprendi as primeiras letras, foi importante porque eu conheci uma realidade que não me era familiar, foi importante porque eu também experimentei brincadeiras com os alunos, eu entrei num rio, pela primeira vez, com os demais alunos. Evidentemente o rio era muito raso e me permitia, por exemplo, entrar nele que eu ainda não sabia nadar, mas foi uma experiência muito agradável que eu guardo com saudades e como uma grande recordação. Posteriormente eu me transferei para uma escola da cidade de Itápolis. Eu fiz a minha quarta série, antigo quarto ano, à época se chamava grupo escolar, sendo aluno da minha tia, tia Eufrásia<sup>3</sup>, que era professora nesse grupo. Porque minha mãe pensou em realizar um processo de transição e eu acho que com muita antevisão, ela acreditou que esse processo de transição em que eu era inicialmente aluno dela e depois iria ser aluno de outras professoras e professores com os quais eu não mantinha vínculos familiares era importante e exigia que uma professora que conhecesse a minha situação pudesse lidar de maneira adequada com ela. Eu fiz o quarto ano com a minha tia, sendo aluno dela. Minha mãe transcrevia as provas para o Braille e eu respondia as questões. Minha mãe transcrevia novamente para que a minha tia pudesse ler as respostas que eu dava às questões das provas. Eu terminei assim no quarto ano primário e, posteriormente, ingressei no antigo ginásio que hoje corresponderia à quarta, ou melhor, à quinta série, já que o ensino tem... atualmente, o ensino fundamental tem nove anos. E aí sim eu entrei em um ambiente no qual

---

<sup>3</sup> Nome sujeito à conferência.

eu não tinha vínculos familiares com professores ou com colegas. Foi também para mim algo diversificado, rico, importante porque diversamente do relacionamento que eu havia estabelecido com os alunos da minha mãe, que eram alunos muito carentes, eu passei a ter contato com uma realidade bastante distinta. Uma realidade composta por alunos de classe média, alguns até de classe abastada, outros muito pobres. Aos poucos eu me adaptei perfeitamente bem, eu não tive *qualquer* problema de relacionamento, seja com os colegas, seja com os professores e um dos atos de grande sabedoria da minha mãe foi me estimular desde os primeiros anos a aprender datilografia. Veja, datilografia é hoje uma coisa considerada absolutamente velha, ultrapassada, não é? Do passado, ninguém usa mais uma máquina de escrever. Mas minha mãe percebeu que eu teria necessidade de aprender datilografia para fazer as minhas provas no futuro. Eu aprendi datilografia com sete anos, antes mesmo de ser alfabetizado e a datilografia foi *muito* útil. Ela foi útil durante o antigo ginásio, foi útil durante o colegial, foi útil durante a universidade e foi útil depois para eu digitar no meu computador. As provas durante o ginásio, que eu fazia eram realizadas na antiga máquina de escrever, máquina Olivetti, uma máquina portátil que eu usava, eu copiava as questões em Braille em um aparelho chamado reglete. O reglete é um aparelho que os deficientes visuais utilizam para escrever e utilizam com o auxílio de uma punção. A punção é uma espécie de um furador e através da perfuração do papel todas as letras são formadas. Eu queria esclarecer aqui que o Braille, para quem não conhece, é um código. É um código formado por seis pontos e por intermédio da *combinação* desses pontos são formadas todas as letras do alfabeto e todos os sinais algébricos. Eu anotava, portanto, as questões em Braille, com a utilização do reglete, mais tarde com o uso de uma máquina de escrever em Braille e depois eu respondia as questões em uma máquina de escrever comum e os professores tinham *plenas* condições de corrigir as respostas e eu tive, felizmente, um bom desempenho escolar e foi um período muito importante na minha vida porque no período ginásial eu tive a minha primeira experiência de política estudantil. Eu fui candidato derrotado ao Centro Cívico. Não na condição de presidente, mas na condição de membro de uma chapa e esse primeiro contato com a política para mim também foi decisivo porque eu reen... Era uma grande atração pela política, pelo que a política pode realizar e depois *influenciou* a minha vida como cidadão, como estudante de Direito, como...e hoje como professor e advogado. Eu concluí o meu período ginásial em 1975, foi um período como eu já afirmei gratificante. Tenho memórias muito felizes dessa época, recebi um prêmio de melhor aluno do então ginásial. E aí decidi ingressar no colegial, mas já pensava em algo

bem mais ousado, já pensava em abandonar a cidade de Itápolis, em me mudar para São Paulo, fazer faculdade de Direito. Meu sonho dourado era ser diplomata. E comecei o colegial na cidade de Itápolis, eu cursei dois anos o colegial na cidade de Itápolis e o terceiro colegial eu cursei na cidade de Ribeirão Preto e eu queria de todo modo prestar o vestibular para a faculdade de Direito da Universidade de São Paulo...

M.S. – Isso já no colegial?

A.A. – Já no colegial. E decidi estudar sozinho, eu não fiz cursinho. E os meus pais, ditaram as apostilas é do então cursinho pré-médico que me foram dadas por um professor do curso pré-médico que era um grande amigo. O professor Jorge Miguel<sup>4</sup> e com base nessas apostilas eu me preparei para o vestibular, mas aqui cabe um parêntesis importante. Durante o ginásio, durante o colegial, a... O meu pai, minha mãe, sempre *leram* muito para mim. Meu pai, farmacêutico, fechava a farmácia por volta das 20 horas, 20 horas e 30 minutos e depois lia para mim até às 10, 10 e meia da noite. A minha mãe lia também os livros obrigatórios tanto do ginásio como do colegial. E, em 1975, eu passei a ter contato direto com o livro falado. O livro falado foi uma iniciativa da antiga Fundação Dorina Nowill para Cegos, hoje Fundação Dorina Nowill apenas e que consistia precisamente no seguinte: havia necessidade de que os deficientes visuais se associassem ao clube, ao clube do livro falado aqueles que assim fizeram recebiam um aparelho, era um aparelho relativamente grande, uma espécie de um gravador grande, hoje ninguém mais conhece um gravador, o gravador era pequeno. O aparelho que transmitia o livro falado correspondia a um gravador bem maior e havia uma fita de rolo em que um livro era gravado quase que inteiramente se ele não fosse muito grande. Por exemplo, cada fita comportava seis a oito horas de gravação. E eu me associei ao Clube do Livro Falado, fui um dos primeiros deficientes visuais a me associar a este grupo e a este clube e ouvi muitos livros, muitos livros por esse sistema. E eram atores que gravavam os livros, por exemplo, eu me lembro perfeitamente bem que eu ouvi *muitas* das obras que influenciaram diretamente a minha formação intelectual por intermédio do sistema de livro falado. O ator Drausio de Oliveira<sup>5</sup> foi um ator que colaborou muito com a iniciativa do livro falado. A Walderez de

---

<sup>4</sup> Nome sujeito à conferência.

<sup>5</sup> Drausio de Oliveira. Ator e dublador.

Barros<sup>6</sup>, ex-mulher do Plínio Marcos<sup>7</sup>, também colaborou muito com a iniciativa do livro falado. Paulo Figueiredo<sup>8</sup>, que foi um ator de muito prestígio nas décadas de 60 e 70, igualmente. Mas eu também quero destacar um outro fator importante. Nós vínhamos de tempos em tempos à São Paulo, à Fundação Dorina Nowill para cegos, nós levávamos à Itápolis livros em Braille. O livro em Braille é um livro muito maior que um livro normal para que vocês possam ter uma noção clara do que seja um livro em Braille, um livro de duzentas páginas em tinta corresponde a cerca de quinhentas ou seiscentas páginas em Braille.

M.S. – Quase o triplo.

A.A. – Quase o triplo. E a leitura em Braille é também uma leitura mais lenta. A leitura em Braille é feita com dois indicadores. Um indicador segue o outro indicador até o final da linha, terminada a linha o... A mão esquerda volta para o começo e a mão direita a acompanha. E a leitura em Braille é cerca de um terço da velocidade da, de leitura normal. É claro, que essa velocidade pode aumentar com é... O aumento da leitura, com agilidade que o leitor venha a adquirir. Mas essa iniciativa da Fundação de emprestar livros que poderiam ser lidos durante um certo período, depois devolvidos foi também algo muito relevante para mim.

M.S. – O senhor gostaria de citar algum dos livros que marcaram mais o senhor nessa época?

A.A. – Eu acho que nessa época alguns livros me marcaram muito. Eu gostaria de citar o *Dom Casmurro*, Machado de Assis. Eu li todos os livros do Machado de Assis<sup>9</sup> em Braille. Eça de Queirós foi um autor que me marcou profundamente, *Os Maias*, principalmente de Eça de Queirós. A... O *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley<sup>10</sup> com um livro eu ouvi sistema de livro falado me marcou muito e a um livro que eu tenho especial predileção que eu gostaria de

---

<sup>6</sup> Walderez Mathias Martins de Barros. Atriz. Tem mais de 40 anos de carreira.

<sup>7</sup> Plínio Marcos de Barros (1935 - 1999). Foi escritor, autor de inúmeras peças de teatro, escritas principalmente na época da ditadura militar. Foi também ator, diretor e jornalista.

<sup>8</sup> Paulo Figueiredo. Ator brasileiro.

<sup>9</sup> Joaquim Maria Machado de Assis (1839 -1908). Foi escritor, considerado um dos maiores nomes da literatura nacional.

<sup>10</sup> Aldous Leonard Huxley (1894 -1963). Foi um escritor inglês.

mencionar que é o *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa<sup>11</sup>, que eu também ouvi encantado. E também ouvi encantado o *Sagarana* e... De Guimarães Rosa. Como ouvi também toda a coleção do Jorge Amado<sup>12</sup>, *Capitães da Areia*, por exemplo, que foi um livro que eu vibrei, chorei e sofri com os personagens. Eu queria notar o seguinte que eu sempre tive uma grande *necessidade* de leitura. Eu gostava muito de ler. E minha mãe e meu pai sempre *leram* muito para mim. Mas quando eu não tinha livros em Braille para ler eu relia os livros que eu tinha. Porque naquela época a comunicação entre Itápolis – São Paulo era uma comunicação relativamente difícil. O correio era lento, a Fundação não tinha tantos livros assim. Se eu quisesse um livro, precisava enviar esse livro para a Fundação transcrever esse livro para o Braille e essa transcrição era muito demorada, ela demorava cerca de quatro, cinco, seis meses. E isso foi um dos fatores que estiveram na origem do *grande* esforço desenvolvido pelos meus pais para ler livros para mim e gravar. Foi então que eles começaram... Há um projeto novo que foi se *desenrolando* ao longo do tempo foi a gravação de livros para mim em fitas cassetes. Projeto esse que eles tiveram inicialmente, que se consolidou e se fortaleceu durante o meu período de faculdade, durante a pós-graduação e depois que eu concluí a pós-graduação. Como eu dizia há pouco, eu me preparei solitariamente para o vestibular em Itápolis. Eu desejava *ardentemente* ingressar nesta escola e não queria de modo nenhum cursar Direito em outra escola que não fosse esta.

Clarissa Piterman Gross – Professor, interrompendo rapidamente, a gente gostaria de saber um pouco como foi a sua opção pelo Direito, havia algum familiar ou algum amigo próximo que já tinha essa experiência é...do Direito, da advocacia, ou de alguma carreira ligada ao Direito que despertou o interesse do senhor pelo Direito? Como foi esse contato com o Direito e o despertar desse sonho, desse desejo?

A.A. – Não havia nenhum familiar próximo que fosse advogado, que fosse bacharel em Direito, que tivesse um contato com o mundo jurídico. Essa... Esse desejo de cursar Direito tinha a ver com a minha ambição de ser diplomata e tinha a ver com o fato de que por essa escola passaram intelectuais que eu admirava, grandes escritores do século passado estudaram aqui, poetas

---

<sup>11</sup> João Guimarães Rosa (1908 - 1967). Foi um dos mais importantes escritores brasileiros. Foi também médico e diplomata.

<sup>12</sup> Jorge Leal Amado de Faria (1912 - 2001) Foi um dos mais importantes escritores brasileiros.

como Castro Alves<sup>13</sup>, como Álvares de Azevedo<sup>14</sup>, como Fagundes Varela que são poetas que estão no pórtico dessa escola. Não são juristas que estão no pórtico dessa escola, são poetas. José Bonifácio<sup>15</sup>, Rui Barbosa<sup>16</sup>, enfim, por aqui passaram políticos, intelectuais, ex-presidentes. Essa, portanto, eu via como sendo uma escola de Direito, mas também uma escola de preparação para uma vida mais plena. E a ideia da diplomacia surgiu com o meu interesse precoce pelos temas internacionais e pelo sonho juvenil de procurar fazer algo em benefício da paz, em benefício de uma harmonia universal, de uma fraternidade humana de, enfim, lutar por um mundo melhor. Então a faculdade de Direito seria uma etapa intermediária desse percurso. Eu não pensava inicialmente em ser advogado, em ser juiz de Direito, em ser professor de Direito, isso *veio* com o decorrer do tempo, mas o meu sonho era ser diplomata. Tanto é verdade que quando eu estava na faculdade de Direito eu já comecei a estudar línguas estrangeiras, mas por incrível que pareça eu nunca prestei o concurso de admissão à carreira diplomática, concurso para o Rio Branco. E também por uma feliz coincidência hoje eu escrevo o manual para os candidatos ao concurso de admissão à carreira diplomática, a convite do Rio Branco que é a instituição que forma os diplomatas brasileiros eu acabei de concluir a quarta edição de um manual para aqueles que pretendem fazer o curso para ingressarem na carreira diplomática e tenho, hoje, um contato estreito com a diplomacia por força desse convite do Rio Branco, devido à amizade que me une a muitos diplomatas, pelo interesse em política externa, em Direito Internacional, pela obra que eu tenho escrita em Direito Internacional, mas o fato é que a faculdade de Direito representava para mim apenas uma fase neste caminho rumo à diplomacia.

C.G. – Uma outra pergunta ainda nessa fase da primeira formação do senhor é... Em alguma pesquisa preliminar que a gente fez, a gente identificou que o senhor chegou a escrever alguns textos relacionados à literatura para um jornal chamado O Progresso de Itápolis. Como foi esse processo, de iniciar a escrever para o jornal. Acredito que talvez tenha sido a primeira experiência de escrever e publicar. Como foi?

---

<sup>13</sup> Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871) foi um poeta brasileiro.

<sup>14</sup> Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831- 1852) foi um escritor, contista, dramaturgo, poeta e ensaísta brasileiro.

<sup>15</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) foi um naturalista, estadista e poeta brasileiro.

<sup>16</sup> Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi um jurista, político, diplomata, escritor, filólogo.

A.A. – Isso foi muito bom e eu aprendi muito e isto aconteceu mais ou menos da seguinte maneira. Quando eu tinha 13 anos me veio à cabeça que eu deveria escrever para o jornal da cidade. Imagine você que em uma cidade pequena como Itápolis, nos anos 70 Itápolis tinha aproximadamente 20 mil habitantes, a maioria desses habitantes morava na zona rural, a cidade, portanto, era exígua. Havia um único jornal, que era um jornal antigo chamado O Progresso, fundado em 1910, portanto, nos anos 70 (ele é do século passado) ele tinha 60 anos. E eu conhecia o dono do jornal e um certo dia eu disse ao meu pai que eu gostaria de escrever para o jornal e eu escrevi um artigo. Esse artigo se chamava *A Poluição no Atlântico Sul*. [risos] Imagina uma criança, um pré-adolescente com 13 anos escrevendo artigos sobre a poluição no Atlântico Sul. Mal poderia antever que, muito tempo depois, eu iria me interessar sobre Direito Internacional do Meio Ambiente. Mas veio daí a ideia de escrever, o gosto por escrever. E eu escrevi esse artigo, ele foi publicado, submeti ao dono do jornal. Escrevi um segundo artigo chamado *A Crise Argentina* e depois eu fiz duas coisas no jornal. Eu fui um colaborador do jornal durante cinco anos, colaborador *semanal*. No jornal eu escrevia uma coluna chamada Beija-Flor, que era uma coluna de curiosidades, de...eu diria hoje em uma linguagem popular, de fofocas [risos] de adolescentes. Então eu contava coisas dos adolescentes, meus amigos, quem era namorado de quem, quem estava flertando quem, coisas desse tipo e fiz uma outra coluna chamada *Escritores Famosos*. Nessa coluna *Escritores Famosos* eu fazia uma breve biografia de um escritor brasileiro ou português e inseria, após a biografia, trechos representativos da obra desse escritor. Eu confesso a você que foi um *enorme* aprendizado, foi um enorme aprendizado porque eu fui obrigado a ler parte da obra desses escritores e me familiarizar com escritores que *eu* não conhecia porque ao desenvolver uma coluna que se prolongou por tanto tempo eu tive que fazer, cada vez mais, uma pesquisa extensa e às vezes tinha a... Enormes problemas em encontrar material para reproduzir, parte da obra desses escritores. Então essa foi uma experiência com o jornalismo também muito viva na minha formação. Isso também tem uma relação com meu interesse pelo jornalismo. Eu escrevi e sou colaborador ainda de alguns jornais, escrevi uma série de artigos para Folha de São Paulo, para o jornal Estado de São Paulo. O Jornalismo, portanto, é alguma coisa que me toca muito profundamente, pela sua intensidade, pela sua rapidez, pelo seu dinamismo, pela capacidade de atingir um público bastante variado e heterogêneo. Então essa também foi uma paixão por escrever e uma paixão poder divulgar aquilo que eu escrevia.



M.S. – E professor...

A.A. – Eu fiz alguns ensaios literários, escrevi um ou dois poemas essa época, algo assim. Mas o que eu mais fiz foi, na verdade, escrever sobre literatura e escrever sobre amenidades.

M.S. – Professor, o seu contato com as questões internacionais também se deu através desse jornal de Itápolis, O Progresso?

A.A. – Não, meu contato com as questões internacionais se deu por intermédio do rádio e por intermédio da televisão. É curioso eu dizer por intermédio da televisão para alguém que não via as imagens da televisão, mas eu *ouvia* muito a televisão e eu sempre fui um ouvinte assíduo de rádio. Hoje, com muito menos intensidade, porque não tenho tempo para isso. Mas eu gosto do rádio até hoje. Muitas vezes quando eu faço ginástica eu ouço rádio. Mas o rádio foi um grande companheiro na minha infância porque eu passei, na verdade, a ter mais amigos em Itápolis, a partir dos 13, 14 anos, quando eu estudei na cidade. Porque tendo uma deficiência visual eu não saía para brincar com outros amigos na rua, como fazem as crianças em uma cidade como Itápolis. Eu brincava, mas brincava muito com um primo meu que era nosso vizinho, mas eram brincadeiras que se limitavam à nossa casa, à casa dele. Os meus amigos eram os amigos dele. Quer dizer, eu ainda não tinha feito um círculo próprio de amizades. Então o rádio era um companheiro constante e foi um companheiro mesmo depois que eu passei a ter os meus amigos em Itápolis. Passei a ter uma convivência normal com adolescentes, com outros jovens e eu tinha muito interesse em ouvir rádios que tinham programas em português, rádios internacionais. Eu me recordo que em 1970 eu era um ouvinte assíduo de uma programação que a Rádio Suécia tinha para o português e eu me lembro perfeitamente bem de um entrevista feita pela Rádio Suécia em português com um antigo líder angolano, com o líder da independência de Angola, Agostinho Neto<sup>17</sup>, poeta também e esse contato com rádios internacionais, eu ouvia muito a Rádio Suécia, ouvia a Voz da América, ouvia a Rádio Moscou, ouvia a Rádio Pequim, foi muito importante para que eu tivesse contato com as questões

---

<sup>17</sup> António Agostinho Neto (1922-1979). Foi um médico angolano, formado nas Universidades de Coimbra e de Lisboa, que em 1975 se tornou o primeiro presidente de Angola até 1979.

internacionais. E eu me recordo de um episódio que também me trouxe o interesse pela questão internacional, o sequestro no Brasil, durante a ditadura militar, de diplomatas estrangeiros. Este ou estes episódios, porque não foi apenas um sequestro, me alertou sobre a importância do diplomata, sobre o que ele faz, porque até então eu pouco conhecia sobre a Diplomacia, passei a me interessar muito mais pela Diplomacia e eu comecei a escrever cartas para consulados e embaixadas com sede no Brasil solicitando material do respectivo país. Fiz isso para dezenas de missões diplomáticas e recebi atenciosamente e muito cordialmente graças às missões diplomáticas um vasto material que meu pai, minha mãe liam para mim. Eu acho que o interesse pela vida internacional vem daí. Também o interesse por línguas estrangeiras. Minha mãe sempre gostou muito de línguas estrangeiras, infelizmente não teve oportunidade de desenvolver os estudos que ela gostaria. Minha mãe tem algum conhecimento de francês, de inglês, ela estudou mais tarde italiano comigo, estudou inglês comigo, me acompanhando nos cursos que eu fiz em São Paulo, mas no meu período de formação ainda em Itápolis o gosto pelos temas internacionais teve esta origem.

C.G. – E havia na família alguém também que tinha interesse por política, trabalhava com isso ainda que fosse em nível local?

A.A. – Havia sim. O meu avô por parte do meu pai, o meu avô paterno, foi um líder político em Itápolis. Mas o meu avô era um líder à moda antiga, meu avô era... Tinha o título de coronel na Guarda Nacional, título esse adquirido, lhe dava um status e que ele preservava com muito carinho esse status. Se alguém o chamasse de José Teodoro que era o nome dele, José Teodoro do Amaral<sup>18</sup>, ele sequer olhava para a pessoa, mas quando chamavam de coronel ele imediatamente respondia. Meu avô foi um líder local, meu tio Orozimbo<sup>19</sup>, médico em Itápolis e falecido mais de trinta anos, foi vereador e meu pai foi vereador em Itápolis. Mas eu tive sempre uma independência política em relação aos meus familiares porque meu pai foi vereador pela antiga Arena e na minha primeira eleição, na que eu votei em 1978, eu não segui as orientações familiares, eu votei no antigo MDB, votei no candidato Fernando Henrique

---

<sup>18</sup> Informações quanto à sua biografia sujeitas à conferência.

<sup>19</sup> Nome sujeito à conferência.

Cardoso<sup>20</sup> [risos] que era um candidato de oposição. Ele e o Franco Montoro<sup>21</sup> eram candidatos a senador pelo antigo MDB e votei em deputado federal Darcy Passos<sup>22</sup>, que era um aguerrido candidato, ex-promotor público que tinha posições de centro-esquerda e no Flavio Bierrenbach<sup>23</sup> que depois ia se tornar meu amigo, que eu levei para Itápolis, que eu não conhecia essas pessoas e que era candidato a deputado estadual. Então essa também foi... Esse também foi um traço da minha formação. Eu tive uma influência política familiar. Eu observava a política local em Itápolis com muito interesse. Meu pai foi candidato em 1976 a vereador, em um período que eu já tinha quase 18 anos e eu observei muito a disputa política na época, que foi uma disputa intensa. Observei muito aquilo que aconteceu em 77 com a criação dos senadores biônicos aquilo me impressionou muito. E meu pai lia muito jornal para mim, eu creio que uma notícia, mais precisamente uma informação preciosa que eu recebi foi da *Carta aos Brasileiros*. A *Carta aos Brasileiros* foi escrita por um ex-professor desta casa que com o passar do tempo foi meu professor e foi meu amigo, professor Goffredo da Silva Telles<sup>24</sup>. O professor Goffredo escreveu esta carta em agosto de 1977 por ocasião do cen... Comemoração do sesquicentenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil. E esta carta pedia o retorno do Estado de Direito no Brasil. E esta carta foi lida no pátio da faculdade de Direito. E a faculdade estava cercada por tropas do regime militar e o professor Goffredo com muita coragem leu esta carta e os estudantes saíram em passeata. Meu pai *leu* essas notícias para mim em Itápolis e leu a *Carta aos Brasileiros*. A *Carta aos Brasileiros* me tocou muito e aquilo que ela dizia se confundia com os meus anseios de liberdade, de justiça, de igualdade, coisas que eu vim mais tarde consolidar, a desenvolver.

M.S. – E professor o senhor gostaria de comentar um pouco sobre as origens familiares mais passadas. A sua ascendência, se você teve...

A.A. – Ah eu acho que é importante.

---

<sup>20</sup> Fernando Henrique Cardoso. É sociólogo, cientista político e político brasileiro. Foi senador da República, ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e presidente do Brasil por duas vezes.

<sup>21</sup> André Franco Montoro (1916- 1999). Foi um político brasileiro e 27º governador de São Paulo.

<sup>22</sup> Nome sujeito à conferência.

<sup>23</sup> Flavio Flores da Cunha Bierrenbach. Político e advogado brasileiro.

<sup>24</sup> Goffredo Carlos da Silva Telles (1915 - 2009). Foi advogado, jurista e professor universitário.

M.S. – Sim.

A.A. – Veja, os meus avós paternos, foram José Teodoro do Amaral e Conceição Maria de Jesus<sup>25</sup>. Meu pai, filho do segundo casamento do meu avô. Meu avô teve sete filhos, quatro filhos com a primeira esposa que faleceu em virtude de uma eclampsia, que era muito comum no começo do século XX e depois da morte da primeira esposa meu avô contraiu um segundo casamento com a minha vó. Ele tinha uma diferença de cerca de 17, 18 anos da minha vó. A minha vó criou quatro filhos, imagine todo o sacrifício e devotamento dessa mulher e teve mais três filhos com o meu avô. Meu pai foi o primeiro dos três filhos do segundo casamento do meu avô. O meu avô tinha uma propriedade rural em Itápolis, um engenho. E meu avô era uma pessoa que tinha muita preocupação com a educação dos filhos, muito embora ele havia recebido apenas uma educação primária. E todos os filhos do meu avô tiveram um estudo compatível com o que se esperava de um jovem ou de uma jovem daquele período. As mulheres se formaram professoras e os homens, meu pai e meu tio tiveram uma graduação universitária. Meu pai era farmacêutico e meu tio médico. E o hábito, por exemplo, de ler jornal meu pai dizia, foi nele inculcado muito cedo. Meu pai era jovem ainda com 14, 15 anos e era compelido, obrigado pelo meu avô a ler diariamente o jornal. As minhas origens maternas são italianas. Meu avô paterno como eu disse era Amaral, uma origem profundamente brasileira. Meu avô tinha antecedentes mineiros, mas ao contrário a família da minha mãe tinha uma origem italiana, tanto por parte do meu avô materno, quanto por parte da minha vó materna. Mas os meus avós propriamente ditos, nasceram no Brasil. A minha avó materna foi criada por um tio com mais dez irmãos devido ao falecimento da sua mãe no parto. A minha vó era analfabeta, mas uma mulher de *grande* sabedoria. Ela sofreu uma paralisia em uma das pernas e teve artrite em uma das pernas. Essa artrite fez com que uma das pernas se encurtasse. Ela tinha uma dificuldade imensa em se locomover. Os movimentos foram drasticamente restringidos, mas ela foi uma mulher corajosa, vibrante e otimista. Meu avô foi um homem extremamente carinhoso comigo. Eu era o único neto que residia em Itápolis porque os outros netos sempre moravam fora. Meu avô fez um imenso sacrifício para dar o título de professor aos quatro filhos que teve. Minha mãe tem três irmãos felizmente todos vivos até hoje. E aqui alguns fatos são

---

<sup>25</sup> Informações quanto às suas biografias sujeitas à conferência.

muito importantes. O primeiro fato é que meu avô é filho de pais italianos. Meu avô sempre se esforçou muito, mas tinha uma educação primária. Mas apesar disso fez alguns cursos técnicos, como um curso de enfermeiro, de enfermagem e um curso de carpintaria. Meu avô era um excelente carpinteiro. E trabalhou durante vários anos como escriturário do Centro de Saúde de Itápolis, onde ele veio a se aposentar e ele tinha uma *grande* afeição por mim, talvez por causa da proximidade provavelmente também por causa da minha deficiência visual. Nós sempre tivemos muita ligação. Havia um laço muito forte que me unia a ele e me unia à minha vó. Imagine que com relação à minha vó, por exemplo, quando eu era criança e ficava algumas vezes na casa dela, ela procurava jogar bola comigo usando uma vassoura porque ela não tinha condição de chutar uma bola de plástico com as pernas porque ela tinha uma perna mais curta que a outra. Mas queria ressaltar aqui também é que o meu tio Ruy Domingos Bacci<sup>26</sup> que é um homem de grande visão e sensibilidade teve também um papel dominante no meu processo de formação intelectual. Porque antes mesmo de aprender o Braille e antes mesmo de minha mãe residir por algum tempo na casa do meu tio em Adamantina, onde ele residia, meu tio esteve em São Paulo na Fundação Dorina Nowill para o livro do cego. O meu tio levou à Itápolis uma cartilha em Braille e tomou a primeira iniciativa com vistas à minha alfabetização e foi sempre um grande estimulador da minha formação. Aliás, meu tio, que também é meu padrinho, na época fez pedagogia, escreveu um trabalho sobre deficientes visuais, sobre a educação especial para deficientes visuais. Mas eu tive também um outro padrinho, este do lado paterno, chamado Nicanor da Rocha Peçanha<sup>27</sup>, que foi um *self-made man*. O meu tio [Nicanor] trabalhava na Editora Saraiva. Não teve educação formal, mas era um ávido leitor e conviveu com grandes intelectuais e gramáticos. Eu não tive contatos muito assíduos com o meu tio porque o meu tio morava em São Paulo e eu em Itápolis e as viagens de Itápolis à São Paulo e de São Paulo para Itápolis eram relativamente raras. Mas nós mantínhamos contato por carta e todas as vezes que eu encontrava o meu tio...

M.S. – Com licença, a gente só vai interromper para trocar as fitas, mas o senhor já retoma. Está bom?

---

<sup>26</sup> Nome sujeito à conferência.

<sup>27</sup> Informações quanto à sua biografia sujeitas à conferência.

[FINAL DO ARQUIVO pho\_2055\_alberto\_do\_amaral\_2012-12-18\_01]

M.S. – Então professor o senhor estava comentando sobre o seu segundo padrinho. A influência que ele teve.

A.A. – Exatamente. O meu segundo padrinho, padrinho Nicanor que foi um autodidata, um grande afeiçoado pela literatura. Ele me deu conhecer alguns autores que também foram autores de grande destaque na minha formação intelectual e era um homem também que me despertava curiosidade pelas letras, pelo mundo literário e pelo jornalismo.

M.S. – O senhor gostaria de citar esses autores também?

A.A. – Meu padrinho, por exemplo, foi um homem que me chamou a atenção para a importância da língua, o português. Para a importância gramática porque meu padrinho tinha uma grande amizade com um gramático como Napoleão Mendes de Almeida, como Silveira Bueno e ele tinha muito cuidado com o rigor na expressão escrita. Eu acho que esse também foi um legado importante que ele deixou para minha formação.

C.G. – É. Não, a gente também gostaria de saber professor, se dessa época é... Da sua convivência, não é, com colegas de escola e familiares em Itápolis. O senhor mantém alguma amizade especial até o dia de hoje? Alguém que inclusive manteve algum tipo de relação profissional com o senhor posteriormente?

A.A. – Eu mantenho *grandes* amigos. Aliás, eu tenho a felicidade de ter alguns amigos que me acompanham durante toda a vida. Alguns desses amigos foram feitos em Itápolis. Eu queria lembrar três deles: o Sylvio Francischetti Filho, o chamado Sylvinho. O Sylvinho foi um amigo e é um amigo queridíssimo que eu conheci quando tinha cerca de 12 anos e a nossa amizade atravessou os anos e ela se mantém cada vez mais forte e cada vez mais sólida. O Sylvinho nunca teve nenhum tipo de preconceito em relação à minha deficiência visual, o que é muito comum com relação às crianças, os jovens, principalmente no período da adolescência. Mas o Sylvinho lidou com a minha deficiência de forma tranquila. Nunca me constrangeu, ele sempre me ajudou, nós sempre saímos juntos em Itápolis. Fazíamos uma coisa que é tão pouco comum

ao deficiente visual. Nós íamos ao cinema, ele me relatava muitas coisas dos filmes. Nós saíamos...em Itápolis tinha, as chamadas brincadeiras dançantes, domingueiras, é... enfim, essas domingueiras começavam às nove da noite e iam até meia-noite, uma hora da manhã. Nós íamos a essas domingueiras, então foi o meu primeiro contato com as pessoas da minha idade, com as meninas da minha idade. E o Sylvinho é um amigo com quem eu mantenho vínculos extremamente fortes, meu padrinho de casamento. Eu sou padrinho de casamento dele, mas mais do que isso nós temos uma afinidade espiritual. Eu queria citar um outro grande amigo que é o Sebastião. O Sebastião é uma pessoa de... Sebastião Assis Mendes Neto<sup>28</sup>, que hoje é chefe jurídico do Banco do Brasil de São José dos Campos. O Sebastião é uma pessoa de enorme valor, tem uma origem humilde, o seu pai trabalhava na prefeitura de Itápolis em funções bastante modestas. O Sebastião trabalhava em uma banca de revistas de Itápolis. Ele foi meu colega de escola, estudamos juntos. Posteriormente ele prestou um concurso para o INSS, no qual ele ingressou brilhantemente. O mesmo ocorrendo com relação ao Banco do Brasil. Começou a trabalhar no Banco do Brasil de Itápolis, pediu transferência para Ribeirão Preto para poder fazer faculdade de Direito. Concluiu com igual brilho a faculdade de Direito em Ribeirão, pediu transferência para o jurídico do Banco do Brasil e fez uma carreira muito significativa, de tal sorte que hoje ele é o chefe do jurídico do Banco do Brasil da região de São José dos Campos, após ter sido o chefe do jurídico de Araçatuba. O Sebastião é uma pessoa com a qual eu também converso regularmente. É... Com quem eu me encontro em Itápolis, encontro em São Paulo e é também um irmão espiritual. É... E é também uma pessoa de uma grande bondade. É uma pessoa extremamente sensível com quem eu jamais tive problemas no que concerne à minha deficiência visual. Quero citar também um outro grande amigo que é o Jorge Miguel Filho, que mora em São Paulo, sempre morou em São Paulo, mas eu o conheci em Itápolis. O pai dele era professor universitário, professor de cursinho, foi quem me deu as primeiras apostilas para eu estudar para o vestibular e é um amigo queridíssimo, Procurador do Estado e um grande guitarrista de blues. [risos] Então esses amigos são amigos que atravessaram a minha vida, são amigos com quem eu mantenho laços muito intensos. Mas é claro que eu tenho contato ainda com muitas das pessoas de Itápolis. Nós mantemos uma casa em Itápolis, que não é a casa onde eu morei em Itápolis, mas periodicamente eu vou à Itápolis, encontro algumas pessoas. É... a cidade que eu vivi se perdeu, não existe mais. Eu costumo

---

<sup>28</sup> Nomes sujeitos à conferência.

sempre lembrar um verso de Fernando Pessoa que é, eu creio ser muito bonito, que é: “Ó sino da minha aldeia dolente na parte calma. Cada tua badalada soa dentro da minh'alma. Ó sino da minha aldeia vibrando no céu aberto. Sinto o passado mais longe, sinto a saudade mais perto”. Então quando eu evoco esses versos do Fernando Pessoa eu me lembro muito daquilo que eu fui, da cidade que existiu e que não existe mais, apenas existe na memória. Mas é um lugar que eu volto. É um lugar que eu tenho muitas raízes porque a... Itápolis me ensinou a experiência da diferença e essa experiência da diferença, da convivência com o diverso, com o plural foi uma coisa que eu pude levar, pude trazer para toda a minha vida. É... Que foi fundamental aqui na faculdade que é um espaço de muita diferença, seja no período da graduação, na pós-graduação, na convivência com os meus colegas como professor, seja no espaço público em geral, que é também o espaço da pluralidade, da divergência. Essa experiência com a diferença eu aprendi em Itápolis. Eu aprendi justamente na convivência com aqueles que eram diferentes de mim. Eram diferentes porque enxergavam, eram diferentes porque tinham uma condição social diferentemente da minha, isso foi muito importante e ... para mim, para a minha vida, para a minha formação, para a minha maneira de ver o mundo. Itápolis foi é... a cidade em que eu projetei o meu futuro, que eu tive os meus primeiros sonhos, que eu tive os meus primeiros amores, foi a cidade em que eu tive as minhas primeiras ilusões, as primeiras decepções, os meus primeiros fracassos e isso é uma coisa marcante na vida de qualquer pessoa.

M.S. – Claro. E professor, é... O senhor se referiu agora com muito carinho aos seus amigos até chamando eles de irmãos espirituais. Também um pouco sobre essa questão da religiosidade ou da espiritualidade, como ela era na sua família? Ela teve...

A.A. – Bom, meu pai é... Não tinha uma fé religiosa definida é... Meu avô paterno era espírita. Minha mãe espírita e eu por convicção própria eu sou espírita. É...eu me lembro, eu frequentei um centro espírita muito criança em Itápolis, foi algo que me deixou é... Grandes marcas, profundas marcas. Principalmente um homem que eu conheci que era o mentor do centro espírita que tinha cerca de cinco a seis anos, ele veio a falecer logo depois, o centro se extinguiu. Era um negro muito simples, mas uma pessoa de grande bondade e que desenvolvia um trabalho de fraternidade, de caridade admiráveis. É...mas minha mãe jamais fez qualquer esforço para que eu me tornasse espírita, católico, protestante, mas essa foi uma convicção



familiar que ela sempre teve. Meu avô materno era espírita, frequentava esse centro, mas como eu disse esse centro veio a se extinguir muito cedo na minha vida, aproximadamente sete anos. E um dia quando eu estava prestes a fazer vestibular eu senti a necessidade de rezar, eu tinha estudado a noite toda e eram quase cinco e meia da manhã e deitei para dormir algumas horas e eu senti a necessidade de rezar, eu rezei e comecei a rezar todos os dias. Ninguém me mandou rezar, me pediu para rezar, eu já tinha tido alguma experiência com a igreja católica, tinha frequentado algumas coisas, mas não tinha identificado propriamente com o catolicismo. Essa foi uma primeira forma de aproximação com a religiosidade, essa necessidade de rezar. Depois durante a faculdade isso continuou, eu continuei a rezar, mas não tinha até então manifestado um interesse maior pela religião. Mas sabia que havia algo de religioso dentro de mim e eu acreditava [no mundo] superior, acreditava em uma vida após a morte, acreditava no processo reencarnacionista, em alguns postulados muito básicos do espiritismo. E há algum tempo não distante, eu diria há uns três, quatro anos eu tive é... uma aproximação muito grande com o espiritismo. E essa aproximação teve a ver com circunstâncias pessoais, com sofrimentos pelos quais eu passei e a religião me deu muita força e eu aprendi a identificar o significado do sofrimento que eu estava passando, aprendi a ver no espiritismo um caráter de tolerância, de liberdade, de respeito, de não imposição da fé a ninguém. A ideia de que cada um tem seu próprio momento, de conviver com quem não é espírita, quem tem outra religião, quem não tem nenhuma é... de admitir e defender o direito de todos expressarem o seu ponto de vista com *absoluta* liberdade. E aprendi a conhecer o significado da dor, o significado do sofrimento, o significado da vida, enfim, da nossa experiência terrena. Porque é que nós estamos aqui, para onde nós vamos, o que devemos fazer e isso tem sido uma bússola muito importante para me conduzir nos momentos de alegria e nos momentos de tristeza. Eu tinha uma relação muito complicada com a dor, com a mágoa, até então. Eu costumava às vezes olhar para o passado e ver com tristeza, com muita amargura os momentos difíceis pelos quais eu passei. É...isso mudou. Após a intensificação do contato com o espiritismo, com o estudo principalmente do espiritismo. Eu passei a ver as coisas de uma forma muito mais leve. Eu passei a ver o passado, o sofrimento interior como etapas necessárias para que eu pudesse me aperfeiçoar e para que eu pudesse ser aquilo que eu sou hoje. E eu passei a ter convicção do que o que eu vou ser amanhã depende do que eu sou hoje. Passei a me preocupar menos, por exemplo, com o futuro é...em um sentido mais distante e achar que o importante é viver hoje da melhor maneira porque o amanhã, como diz o próprio evangelho, cuidará de si mesmo.

M.S. – Interessante. E, com certeza isso também tem relação com a sua identificação com essa, esse...que você mesmo disse esse, que o senhor mesmo disse, esse sonho juvenil de mudar o mundo, escolher a Diplomacia, então, e o caminho do Direito para talvez chegar nela. É... então se o senhor quisesse comentar mais um pouco sobre porque o Direito, ou talvez já nos contasse sobre como foi a mudança para São Paulo.

A.A. – Olha eu vou começar com a mudança para São Paulo e vou refletir um pouco depois sobre porque o Direito. Bem, eu ingressei no vestibular em 1979 e comecei a minha faculdade em 79 e eu recebi com *grande* alegria o ingresso na São Francisco. É... são alguns momentos da vida, como esse que eu estou agora relatando, que são inesquecíveis. Porque na verdade meu ingresso aqui ...ele, não apenas teve uma importância porque eu passei cinco anos em uma escola de grande prestígio, mas ele foi uma *experiência* vital, experiência existencial que transformou a minha vida. Depois eu vou desenvolver um pouco isto. Então eu recebi com enorme alegria porque era um sonho que eu alimentava há tanto tempo, que eu me esforcei tanto, eu me privei de quase tudo durante o ano para estudar para o vestibular. Eu desejava ardentemente ingressar aqui, a cada instante, a cada minuto. Foi algo conquistado com muito, muito sacrifício. Então a alegria foi enorme, mas eu sabia também dos desafios seriam da mesma forma enormes porque eu iria abandonar um mundo já construído de relações e iria ter que inaugurar um outro mundo que eu desconhecia. Então nós mudamos para São Paulo, eu, meu pai e minha mãe, quando as aulas se iniciaram no período letivo de 1979, no mês de março. Eu morei dois meses na casa de uma tia da minha mãe, tia queridíssima, na Vila Mariana que me enviava pelo correio, quando eu morava em Itápolis, livros em Braille para que eu pudesse ler. Nos acolheu com um carinho e nós ficamos lá dois meses até que pudéssemos alugar um apartamento na Rua Afonso Celso e ali nós vivemos 20 anos até que eu mudasse para o paraíso onde eu resido até hoje. É... A mudança para São Paulo foi um divisor de águas. Primeiro, porque eu tinha que criar um novo ambiente. Eu me lembro da... o primeiro dia que eu cheguei à faculdade de Direito. É... Eu ainda tinha um resquício de visão do olho esquerdo e eu conseguia ver algumas luzes, o mobiliário da sala onde eu estudava, o andar térreo, as poltronas. Imaginava que por ali haviam passado outras pessoas que é... Frequentavam a minha imaginação. E imaginava, ao mesmo tempo, que eu havia com muito sacrifício conseguido estar naquele lugar. Mas foi uma experiência também difícil porque Itápolis era uma cidade

pequena, eu saía com os meus amigos a pé, eu ia ao clube. É... São Paulo era uma outra realidade. Primeiro eu tinha que *fazer* novos amigos. É... E não era uma coisa assim tão simples. Segundo, esses amigos tinham que entender que eu era um deficiente visual, que tinha algumas necessidades, que caminhar em São Paulo não era a mesma coisa que caminhar em Itápolis. Eu não usava bengala. Eu fiz um curso de mobilidade muitos anos depois, mas eu jamais utilizei a bengala. Depois nós podemos conversar sobre isso. Mas o desafio estava posto é...recriar amizades, recriar amigos, agora em um novo contexto. É... Um terceiro desafio era o desafio da responsabilidade, que a universidade ela deixa o aluno livre, diferente do colégio, diferente do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Então você pode passar pela faculdade de Direito sendo um aluno brilhante, um aluno mediano, sendo um aluno não tão brilhante assim. E alguns professores me marcaram  *muito*. Professor Goffredo, que eu me referi, que eu vim a ter aula com ele em um dos últimos anos que ele ministrou aula aqui na faculdade. O professor Dalmo Dallari<sup>29</sup> que era um paladino da democracia, da luta pela restauração das liberdades democráticas. Eu me lembro que na primeira semana de aulas, na semana de recepção aos calouros, o professor Dalmo se aproximou de mim, eu estava no pátio, e conversou comigo e aquilo para mim foi um motivo de alegria enorme. Como um professor daquela grandeza, que eu lia os artigos dele na Folha de São Paulo, se aproximava de um aluno recém-ingresso na faculdade de Direito. E um jovem professor que ministrava aulas aqui no período da tarde, aulas de seminário, um editorialista do Jornal da Tarde chamado José Eduardo de Faria<sup>30</sup> foi um *outro* professor que eu vim a ter um contato mais próximo como aluno depois como amigo que me deixou uma marca por toda a vida. E mais tarde o professor Tercio Sampaio Ferraz<sup>31</sup> e o professor Fábio Comparato<sup>32</sup>, meu orientador, professor Fábio Comparato durante o doutorado. O Professor Tercio Sampaio Ferraz durante o Projeto Capes que eu venho, que eu posso desenvolver mais tarde, com quem temos uma parceria até hoje foram pessoas imprescindíveis na minha formação. Mas porque do Direito? Bom, é... Eu intuía, eu não tinha essa compreensão ainda, o Direito é a principal forma de sociabilidade humana porque o Direito estabelece as regras de convivência. Ele marca o início e o fim da sociabilidade humana.

---

<sup>29</sup> Dalmo de Abreu Dallari. É um jurista brasileiro e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

<sup>30</sup> José Eduardo de Faria. Jornalista, jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

<sup>31</sup> Tercio Sampaio Ferraz Júnior. Jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

<sup>32</sup> Fábio Konder Comparato. Advogado, escritor e jurista brasileiro.

Então o Direito é importante no mundo normativo que nós vivemos. Nós vivemos cercados de normas, normas morais, religiosas, normas costumeiras, quando você vai a um jantar, por exemplo, existem normas que definem porque é que você não deve se atirar vorazmente a um prato que está sendo servido. São normas costumeiras, normas de trato social. Mas o Direito são normas que definem como é que você deve se comportar em relação ao outro, em certas situações e se você se comportar de determinado modo você pode receber uma punição. Então é uma forma de manter uma integração social, um mínimo de integração social. Então eu tinha essa intuição muito vaga, que depois eu vim a ter uma consciência muito mais plena, então, aos poucos essa ideia começou a se fortalecer na minha mente, o Direito é uma coisa importante ainda que permanecesse viva a ideia da Diplomacia, o Direito era uma coisa que eu via com muita importância, que eu via como algo necessário. Mas eu fui um jovem rebelde, como eu já lhe disse. Eu era durante o ensino fundamental, durante o ensino médio um aluno contestador. Um aluno que contestava os professores, um aluno perguntador é... Isso também na faculdade de Direito. É... e ainda na faculdade de Direito estimulado pelo espírito de redemocratização pelo qual o país vivia. Então eu passei a ter uma militância na política estudantil, eu me manifestei, houve uma assembleia a favor de uma greve na universidade, eu me manifestei veementemente a favor da greve em 79. Enfim, eu era alguém que queria mudar, alguém disposto a mudar, que não estava muito feliz com o *establishment*, com a realidade posta. Então isso é muito típico da juventude, até... Há um verso de um poeta francês que diz que a juventude mantém o mundo na sua temperatura normal. [risos] é... Eu acho que eu fui um jovem bastante conservador, aliás, contestador, nesse sentido. E essa ideia da contestação estava presente e esteve presente durante muito tempo na minha vida e ainda hoje se manifesta, mas de uma forma diferente. Hoje eu passei a ter a consciência de que a grande transformação ocorre com a gente mesmo. Se nós queremos mudar o mundo é... A primeira coisa é mudar a si mesmo, porque mudar a si mesmo é uma forma de mudar o mundo a nossa volta. Na época eu acreditava em uma transformação objetiva da realidade independentemente da mudança interior. Quer dizer, é... com o passar do tempo eu vir, vim a ter consciência do mito, que é o mito do século XIX do progresso contínuo que... da... do mundo do ponto de vista material, da ciência como algo emancipador pura e simplesmente. A ideia desses mitos foram se esvaindo para mim e hoje claro que eu sou um intelectual preocupado com a questão do rigor científico, preocupado com a academia, com a questão da verdade, com todos os sistemas, mas eu acho que a transformação verdadeira é a transformação que nasce dentro de nós mesmos e é isso que eu

costumo sempre dizer. Se nós queremos transformar o mundo, diferentemente do que dizia Karl Marx<sup>33</sup> na décima primeira tese contra Feuerbach<sup>34</sup>. Quer dizer, que ele dizia que é... A filosofia tinha o compromisso com a mudança do mundo, eu acho que a mudança do mundo é uma mudança que começa com os próprios indivíduos, começa dentro de nós, começa com a construção das nossas relações com o outro porque se nós somos gentis, se nós somos amáveis, se nós formos fraternos, ainda que muita gente não seja, mas nós vamos dar um exemplo e esse exemplo ele fica, ele marca, ele influencia. Então o Direito veio nesse contexto para mim. Algumas, professores é... decisivos na minha formação com uma ideia de contestação e com uma ideia de contestação também do próprio Direito como ele era feito. Quer dizer, não me contentava muito a ideia de um Direito positivo, apenas o estudo da norma jurídica posta, da lei. Mas me interessava muito a ideia de um compromisso, de um casamento com entre o Direito e a Justiça. Então eu de um lado percebia o Brasil como um país que crescia, vivíamos no final dos anos 70. A década de 80 é a década da crise econômica chamada década dos anos perdidos, mas o Brasil era um país que crescia, mas não tinha liberdade. Havia, portanto um anseio generalizado de liberdade e, além disso, havia o aprofundamento da desigualdade social. Um *abismo* entre ricos e pobres que havia sido gerado pelo chamado Milagre Brasileiro dos anos 60 e dos anos 70.

M.S. – Isso era perceptível? Esse abismo enquanto ele acontecia ou o senhor consegue...

A.A. – Não eu acho que enquanto ele acontecia, enquanto no... pelo menos seus reflexos no final dos anos 70 e nos anos 80 eu já conseguia dimensionar.

M.S. – Talvez porque o senhor era um aluno crítico, uma pessoa crítica.

A.A. – Exatamente. Exatamente e eu me liguei a movimentos críticos, não é? A movimentos que tinham uma ligação de esquerda da faculdade de Direito. Eu nunca fui um marxista, jamais fui marxista, mas eu tinha simpatia pela esquerda e eu fui um militante de um grupo que chamava Ação Comum que era uma esquerda, eu diria atenuada, mas é... Em relação às

---

<sup>33</sup> Karl Heinrich Marx (1818-1883). Foi economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista.

<sup>34</sup> Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872). Foi um filósofo alemão.

vertentes marxistas, mas foi algo que foi para mim bastante importante enquanto processo de participação política.

C.G. – E esse grupo se formou dentro da faculdade de Direito?

A.A. – Não, ele é um gru... Era um grupo da USP. Ele era um grupo é... Desse grupo pertenciam pessoas, por exemplo, Jézer de Oliveira<sup>35</sup>, economista que se tornou presidente do [CAD], Otávio Frias Filho<sup>36</sup> que foi meu contemporâneo aqui da faculdade. Mas o Otávio estava bem na minha frente. O Otávio se formou três anos antes de mim e era um estudante brilhante, um pouco ligado às matérias formais, mas um intelectual brilhante e outras pessoas participavam desse grupo, como o Pedro Paulo<sup>37</sup> que era um aluno também brilhante, que depois veio a fazer um doutorado em Genebra. E colegas hoje, por exemplo, o professor Umberto Celli<sup>38</sup> que é meu colega de departamento, no departamento de Direito Internacional também integrava este grupo. Pertencíamos, enfim a um grupo que tinha uma perspectiva de esquerda, mas não era um grupo marxista ou trotskista, leninista, enfim, com uma conotação semelhante.

C.G. – E quais eram as atividades desse grupo?

A.A. – Esse grupo se reunia periodicamente para fazer leituras críticas sobre o Direito e esse grupo participava de eleições na faculdade de Direito, inclusive esse grupo encabeçou uma chapa na faculdade de Direito, que venceu as eleições do centro acadêmico em 1980 e era muito curioso porque nós vencemos a eleição de 1980, nós tivemos a impressão de estar derrubando a ditadura e de estar edificando uma sociedade nova, uma própria ilusão juvenil, é obviamente. E a gestão acabou sendo bastante fraca do ponto de vista concreto. Tanto é verdade que no ano seguinte nós perdemos a eleição, [risos] mas isto para mim teve um papel significativo.

---

<sup>35</sup> Nome sujeito à conferência.

<sup>36</sup> Octavio Frias de Oliveira Filho. Jornalista, diretor de redação do jornal Folha de S. Paulo e diretor editorial do Grupo Folha.

<sup>37</sup> Nome sujeito à conferência.

<sup>38</sup> Umberto Celli Junior. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

M.S. – E professor, o senhor até no... Sempre foi um aluno exemplar desde a escola, grupo escolar, do ginásio, na faculdade também. Quando se graduou ganhou o prêmio de melhor aluno de Direito Econômico. Como o senhor conseguia conciliar esse aluno exemplar e contestador ao mesmo tempo?

A.A. – Pois é. Nunca foi uma conciliação fácil. Eu sempre gostei de estudar. Eu achava que as duas coisas deveriam estar combinadas. Eu acho, eu achava que a contestação. Ela tinha que ter um suporte e um suporte intelectual. Precisava de argumentos para contestar. Não podia contestar simplesmente por contestar. Então eu queria contestar assentado em bases que fossem sólidas, daí a vinculação com o estudo. Eu estudava as matérias, mesmo as matérias dogmáticas que não me atraíam muito, que se voltavam muito mais para o estudo da lei. Eu estudava, estudava com muito vigor inclusive. Porque... na verdade aquilo eu via como um *grande* desafio. Hoje, refletindo sobre o passado eu diria a você que a faculdade representava também um desafio de afirmação pessoal. Eu era um deficiente visual na faculdade de Direito.

M.S. – Em 1979.

A.A. – Em 1979. Eu tinha um colega, um brilhante colega por sinal, que também era deficiente visual que foi obrigado depois a abandonar a faculdade por três anos porque a deficiência dele que era menor que a minha se intensificou, até ele perder totalmente a visão. Hoje ele é desembargador do trabalho, chamado Ricardo Tadeu da Fonseca<sup>39</sup>. Eu era um deficiente visual e, portanto, eu precisava mostrar aos meus colegas que um deficiente visual também pode ter um bom desempenho escolar. Então a questão do estudo era uma questão de prazer, obviamente, sempre foi. Eu acho que, parodiando um grande sociólogo alemão Max Weber<sup>40</sup>, eu acho que para mim a...o ensino sempre foi uma vocação, o estudo sempre foi uma vocação. Weber dizia que a política, a ciência para ele era uma vocação e eu dizia, eu digo que pelo menos a ciência para mim também é uma vocação. Não sei se a política porque eu nunca fui político, mas de qualquer forma o estudo é uma vocação. Mas era para mim também, eu

---

<sup>39</sup> Ricardo Tadeu da Fonseca. Em 16 de julho de 2009, tornou-se desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sendo o primeiro juiz cego do Brasil.

<sup>40</sup> Maximilian Karl Emil Weber (1864 - 1920) foi um intelectual alemão, jurista, economista e considerado um dos fundadores da Sociologia.

reconheço, uma questão de afirmação perante jovens que haviam estudado em melhores escolas do que eu. Meus amigos vinham do Bandeirantes, vinham do Colégio Rio Branco, do Dante Alighieri, do Santa Cruz e eu vinha de uma escola pública. Eu sempre estudei em escola pública. Então era um desafio duplo e aos poucos eu comecei a consolidar um grupo de amigos aqui. O primeiro grande amigo que eu fiz na faculdade de Direito é professor hoje aqui na faculdade, chamado Ari Marcelo Solon<sup>41</sup>, é um judeu com quem eu aprendi a conhecer a ética judaica e a fraternidade judaica. O Ari foi meu fiel amigo durante toda a faculdade, durante todos esses anos, às vezes nós temos pouco contato, mas somos grandes amigos. O Ari me auxiliou *muito* na faculdade de Direito. Sentávamos juntos a faculdade toda, sentamos juntos a faculdade toda e o Ari já estudava inglês e francês e eu tinha conhecimentos até aquela época muito rudimentares de inglês, nenhum conhecimento de francês, nenhum conhecimento de italiano ou de espanhol que felizmente hoje são línguas que eu domino e muitas vezes nós tínhamos necessidade de ler textos em língua estrangeira e o Ari sempre lia esses textos para mim. E depois eu vim a participar aqui na faculdade de um projeto, chamado Projeto Capes. Esse projeto foi criado pelo professor Tercio Sampaio Ferraz e pelo professor de José Eduardo de Faria. Era um projeto ligado ao departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito. A ideia norteadora desse projeto era criar professores, criar professores com uma nova visão do Direito. Era uma preparação, evidentemente nós estamos falando de alunos de graduação, mas alunos que pudessem ser formados já na graduação e que pudessem mais tarde ingressar na pós-graduação e ter uma visão crítica das instituições jurídicas, visão mais aprofundada. Eu não prestei o exame de ingresso no Projeto Capes quando esse exame se realizou no final do primeiro ano da faculdade porque tinha uma prova de inglês, e eu tinha um conhecimento muito insuficiente de inglês, eu não prestei, mas no... metade do terceiro ano alguns alunos que entraram na primeira leva de alunos que haviam ingressado no Projeto Capes saíram, abriu-se uma nova vaga e havia uma entrevista, uma entrevista longa com o professor Tercio Ferraz Junior, que me entrevistou por mais de uma hora. Eu relutei muito em vir prestar o exame, passei mal no dia, mas vim. Alguma coisa me dizia que eu deveria vir. E ele me entrevistou, eu ingressei no projeto, isso foi também uma outra mudança, um outro divisor de águas para mim, do ponto de vista intelectual. E a minha relação com o Ari só se estreitou. Nós estudávamos juntos para as provas e eu vim a conhecer um outro grande amigo é...cujam amizade

---

<sup>41</sup> Ari Marcelo Solon. Advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



se mantém até hoje Fernando Kasinski Lottenberg<sup>42</sup> um brilhante advogado, advogado de sucesso, quem também fazia parte do Projeto Capes. Nós fomos a primeira turma que concluiu o Projeto Capes e depois fomos para o mestrado e para o doutorado. Mas esse período de faculdade foi um período para mim importante sobre diversos ângulos. Ele foi importante porque ele registrou essa mudança do interior para a capital. Ele me transmitiu uma visão mais cosmopolita das coisas. Eu consegui concretizar o sonho de viver em São Paulo. Sonho esse alimentado desde a infância e adolescência. Eu expandi meu universo intelectual. Eu recriei um círculo de amizades diferente daquele que eu tinha em Itápolis, eu passei a viver em um contexto diferente porque o projeto dos meus pais e... era retornar ao interior, sobretudo à Itápolis após a minha formatura. Talvez eu soubesse intimamente que isso jamais iria acontecer, mas conforme o tempo se passava, esta certeza foi amadurecendo para mim e para eles até o momento em que eu vim a ingressar no período de pós-graduação. Mas eu não posso deixar de mencionar uma influência que para mim é... Teve uma função primordial, que foi a influência do professor Fábio Konder Comparato. Eu vim a ter aula com o professor Fábio Comparato no segundo ano da faculdade de Direito. O professor Fábio era professor de Direito Comercial. Tinha sido presidente da Comissão de Justiça e Paz e foi um grande contestador do regime militar. Aliás, foi o advogado que em nome da OAB juntamente com Evandro Lins e Silva<sup>43</sup> postulou a... O impeachment do ex-presidente Collor<sup>44</sup>. E o pre... O professor Fábio Konder Comparato sempre foi uma presença constante no debate político brasileiro dos últimos 40 anos. Criou a Escola de Governo é... Que se repetiu em outros estados, em outras cidades. Escreveu artigos memoráveis na imprensa, produziu livros de transcendental relevo para a compreensão do Direito, da política no Brasil. Foi um firme opositor das desigualdades e um defensor da democracia. E o professor Fábio Comparato era e é um homem admirável. Tinha um temperamento muito ranzinza, mas isso nunca se manifestou comigo felizmente. [risos] E era um professor muito exigente. O professor Fábio tinha algumas peculiaridades, era um homem de uma enorme cultura humanística. Era um homem que trabalhava com Molière<sup>45</sup>, com Montaigne<sup>46</sup> com a mesma facilidade com que discutia os autores clássicos do Direito.

---

<sup>42</sup> Nome sujeito à conferência.

<sup>43</sup> Evandro Cavalcanti Lins e Silva (1912 -2002). Foi um jurista, jornalista, escritor e político brasileiro.

<sup>44</sup> Fernando Affonso Collor de Mello. É político, jornalista, economista, empresário.

<sup>45</sup> Jean-Baptiste Poquelin (1622 -1673). Foi um dramaturgo e ator francês.

<sup>46</sup> Michel Eyquem de Montaigne (1533- 1592). Foi um político, filósofo, e escritor francês.

Tulio Ascareli<sup>47</sup>, Hans Kelsen<sup>48</sup>, por exemplo. E era um grande pianista e não pode se tornar pianista, como era o seu sonho juvenil, por causa de um problema visual. E as aulas do professor Comparato me encantavam pela, pela... Brilho intelectual, pelas citações de grandes escritores, pela concatenação das ideias, pela lucidez, pela clareza e os seus textos também tinham essa mesma limpidez. Era possível ler um texto do professor Fábio Comparato e entender esse texto sem a linguagem jurídica rebuscada, muitas vezes incompreensível porque o professor Fábio Comparato escrevia como um escritor realmente escreve, um escritor literário escreve e não propriamente como um jurista tradicional. E as suas ideias eram ideias que destoavam do clima intelectual dominante. Assim como as ideias do professor Tercio Sampaio Ferraz. O professor Tercio era um professor absolutamente inovador no campo da Teoria e da Filosofia do Direito no Brasil, estudou na Alemanha, que trouxe uma nova visão do Direito para a realidade do Brasil, discutia temas que no Brasil não eram discutidos, autores que não eram debatidos, que tinha uma visão sobre o Direito muito moderna. E o professor Jose Eduardo de Faria. O professor Jose Eduardo de Faria combinava a experiência do jornalista que sempre foi e ainda é, do jornal O Estado de São Paulo, com a experiência do professor. E ele tinha a vibração do jovem preocupado com as grandes questões do seu tempo. É um homem em, que teve toda a carga da... 1968, da agitação estudantil, das inquietações estudantis do período. Um grande formulador de perguntas, um grande educador, um grande demolidor também das ideias estabelecidas. E o professor Jose Eduardo de Faria era um professor que depositava e ainda deposita uma *enorme* confiança nos seus alunos e os seminários que eu tive com o professor Faria no primeiro ano, como eu já disse, mudaram a minha maneira de ver o Direito.

M.S. – Que disciplina ele ministrava?

A.A. – É ele... Introdução ao Estudo do Direito, ele ministrava à época Seminários de Introdução ao Estudo do Direito. Ele era um professor iniciante, tinha 29 anos na época, e nós

---

<sup>47</sup> Tullio Ascarelli (1903- 1959). Foi um economista, jurista e professor italiano que viveu no Brasil de 1941 a 1946. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de Roma, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Direito da Universidade de Bolonha.

<sup>48</sup> Hans Kelsen (1881 - 1973). Foi um jurista e filósofo, considerado um dos mais importantes e influentes do século XX.

nos tornamos amigos. E eu me lembro que com a audácia que me era comum na época, ao terminar a prova no primeiro ano eu perguntei para ele: “Professor, mas como é que eu posso escrever para o Jornal da Tarde?” [risos] Bem, e o tempo passou e eu frequentei o Projeto Capes até o quinto ano, depois o professor Faria assumiu a direção no Projeto Capes. Tive aulas com grandes professores como o professor José Reinaldo de Lima Lopes<sup>49</sup> que é professor aqui até hoje, meu amigo. Conheci grandes amigos que a amizade continua cada vez mais sólida. Tenho um grande amigo que é professor aqui na Fundação Getúlio Vargas. Um intelectual brilhante. É uma pessoa que eu compartilho ideias e experiências comuns, o professor Ronaldo Porto Macedo Junior<sup>50</sup>. O professor Calixto<sup>51</sup> eu vim a conhecer muito mais tarde, que é uma das grandes referências intelectuais dessa faculdade, mas depois eu falei sobre ele. Mas o tempo da faculdade para mim foi esse tempo de mudança, esse tempo de busca do novo, essa eterna insatisfação com o que era dado e o empenho em transformar algo que eu entendia ser incompatível com as convicções que eu alimentava naquele período. Foi um período inesquecível porque aqui na faculdade eu tive participação política em eleições, apoiei movimentos e eu vivi a minha época estudantil com as inquietações que os jovens do início dos anos 80, com os desejos dos jovens do início dos anos 70, com as ambições, com as frustrações, mas foi uma época intensamente vivida. Eu acho também que há um outro traço a ser salientado. Não foi fácil a convivência com a cidade grande. Eu demorei um bom tempo a começar a sair, por exemplo, a fazer passeios em São Paulo, a frequentar ambientes noturnos com os meus amigos. Isso levou um certo tempo, o que me dava uma certa frustração é... Porque, enfim, eu era um jovem de 20 anos e queria às vezes ter uma vida social mais ativa do que eu podia ou tinha na época.

M.S. – E que o senhor tinha tido em Itápolis.

A.A. – E que eu tinha, havia tido em Itápolis pelas próprias facilidades que a cidade oferecia. Então há esse lado também de frustração, mas também um lado de aprendizado, evidentemente,

---

<sup>49</sup> José Reinaldo de Lima Lopes. Professor da Universidade de São Paulo, professor e pesquisador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>50</sup> Ronaldo Porto Macedo Junior. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Professor na DIREITO GV.

<sup>51</sup> Calixto Salomão Filho. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

porque isso me levou a me concentrar em outros aspectos. Mas esse início de vida na cidade grande, três, quatro anos em que eu... Os três, quatro primeiros anos que eu permaneci na faculdade de Direito inicialmente foram anos extremamente positivos por um lado, mas com alguma frustração por outro do ponto de vista pessoal.

C.G. – É... Será que a gente poderia voltar só um pouquinho para o assunto da experiência mesmo é... Do ensino do Direito nesse período em que o senhor estava como aluno na faculdade. Que o senhor diz é que foi um aluno é... Combinou, não é, a excelência e também essa atividade de contestação e disse que foi uma pessoa que viveu as inquietações do seu tempo. Essas inquietações elas se refletiam em sala de aula? As questões políticas do país da época, os anseios de redemocratização, isso transparecia nas aulas, nos cursos que eram ministrados na faculdade?

A.A. – Isso transparecia intensamente, sobretudo por parte dos alunos e por parte de alguns professores. Por exemplo, por parte do professor Fábio Comparato, por parte do professor Dalmo Dallari, por parte do professor Jose Eduardo de Faria, professor Tercio Sampaio Ferraz, mas havia professores *muito* resistentes a isso e havia professores que defendiam o regime militar. E da minha parte, por exemplo, a parte dos meus colegas, havia uma atitude contestadora. Eu me lembro de perguntas bastante perturbadoras que eu formulei a professores que na época defendiam o regime militar e interrompia muitas vezes explicações dos professores perguntava, contestava e...

M.S. – O senhor poderia citar quais são, eram esses professores?

A.A. – Eu...

M.S. – Se o senhor quiser.

A.A. – Não gostaria de lembrar nomes porque alguns deles estão vivos.

M.S. – Claro.

A.A. – Mas eu era um professor muito contestador, um aluno muito contestador *desses* professores.

C.G. – E o senhor... Diria então que é... Ao menos dentro dessa casa, não é? Da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo havia uma certa liberdade de expressão?

A.A. – Havia. Havia sim. A faculdade de Direito sempre foi um, uma escola que havia muita liberdade do ponto de vista da expressão do pensamento. Os alunos mesmo durante o regime militar sempre fizeram questão de afirmar e reafirmar a liberdade pelo menos dentro do pátio apesar das perseguições que foram movidas. Muitos alunos tiveram que abandonar o país. É... Eu não vivi essa época, mas me lembro das afirmações à época, por exemplo, que depois eu vim a confirmar e atestar com plenitude, o caso do hoje senador Aloysio Nunes Ferreira<sup>52</sup>, que foi presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto no final dos anos 60 e que teve que se exilar do Brasil durante alguns anos, que viveu na França de... Ex-presidentes do Centro Acadêmico XI de Agosto que tiveram que adotar o mesmo procedimento. Mas aqui se respirava um clima de liberdade, por exemplo, nós fazíamos assembleias estudantis, hoje essas assembleias são raríssimas elas praticamente não existem, quase que semanalmente, para discutir a situação do país, o posicionamento do movimento estudantil, para discutir posição em relação às questões nacionais, às questões estaduais, às questões da universidade. Os estudantes eram muito preocupados com as questões políticas vividas pelo país. Eu acho que havia assim, uma grande liberdade, mas acho também que alguns professores, professores esses favoráveis à manutenção do regime militar eram muito restritivos à contestação. E havia obviamente um embate entre essa tentativa de restringir a contestação e o desejo natural dos alunos de contestar. Então eu acho que essa, essa dualidade era muito presente na faculdade de Direito da época. E um livro que eu li na época e que também me influenciou bastante em relação à questão política foi o chamado Livro Negro da USP escrito pelo professor José Arthur Giannotti, filósofo, hoje aposentado pela faculdade de Filosofia, em que ele descrevia a participação inclusive de é... Professores da faculdade de Direito. A cassação de muitos professores, a cassação dos Direitos políticos de muitos professores da Universidade de São Paulo e o papel que esses professores tiveram e aqui não cometeria nenhuma heresia em citar um caso que é público, o ministro Gama

---

<sup>52</sup> Aloysio Nunes Ferreira Filho. Advogado e político.

e Silva, que assinou o AI-5 é um professor dessa faculdade. O ministro Buzaid<sup>53</sup>, que foi ministro no período mais sombrio da ditadura militar foi um brilhante professor de processo civil e elaborador do Código de Processo Civil de 1973, foi Ministro da Justiça no período mais negro da ditadura militar. Então a faculdade de Direito tinha aquilo que um sociólogo, o professor Joaquim de Arruda Falcão<sup>54</sup> hoje da Getulio Vargas do Rio de Janeiro, a faculdade de Direito formava os ideólogos da ditadura e os pastores da libertação.

M.S. – Interessante. O senhor chegou a ter medo de ser perseguido?

A.A. – Eu...

M.S. – Por ser contestador?

A.A. – Cheguei. Confesso a você que cheguei a ter medo de ser perseguido e de ser incluído entre os fichados no DOPS. É... Havia suspeita de que a, na nossa classe havia uma pessoa infiltrada do DOPS e os meus pais tinham muito receio que isso pudesse acontecer, me pediam que fosse moderado, mas eu confesso que tive receio sim.

C.G. – E do ponto de vista dos métodos do ensino do Direito naquela época?

A.A. – É uma ótima pergunta esta porque eu era também alguém que negava a validade dos métodos de ensino empregados. Tanto é, que também nós podemos voltar a essa questão, hoje eu utilizo um método muito diferente do método de ensino tradicional, que ainda é hoje dominante, que é o método coimbrão. Porque coimbrão? Talvez para quem não seja familiarizado com a área, a linguagem jurídica isso é um termo estranho. Porque a faculdade de Direito de São Paulo sofreu muita influência da faculdade de Direito de Coimbra. Aliás, antes da faculdade de Direito de São Paulo ser criada. Os bacharéis brasileiros eram formados em Coimbra, as famílias ricas brasileiras enviavam seus filhos para Portugal para que

---

<sup>53</sup> Alfredo Buzaid (1914 -1991). Foi advogado, professor e Ministro da Justiça durante o governo Emílio Garrastazu Médici.

<sup>54</sup> Joaquim de Arruda Falcão Neto. Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas - RJ.

estudassem Direito em Coimbra. E o método Coimbra é um método em que o professor fala e os alunos escutam. E o método antigo era um método em que o professor lia suas aulas. O professor era chamado lente, lente porque aquele que lia. Então os alunos não participavam, eram condenados ao silêncio. Na minha época não havia mais a ideia do lente, propriamente dito, mas o professor era uma figura majestática. Essa majestade do professor, inclusive fisicamente, era ressaltada por um ambiente da sala de aula. As salas de aula tradicionais aqui têm a forma de um anfiteatro, o professor sempre ficava em situação mais elevada que a dos alunos. Fisicamente mais elevada e havia uma superioridade física do professor e havia a tentativa de condenar o aluno ao silêncio. O aluno ouvia as aulas, não perguntava, não questionava, não participava ativamente e esse método não me agradava. Eu, como alguém que participava do Projeto Capes, e uma das ideias condutoras do Projeto Capes era a contestação desse método tradicional buscava evidentemente uma nova forma de interação entre os alunos e os professores, uma interação que ao mesmo tempo reconhecia a necessidade do professor como grande condutor, mas ao mesmo tempo que viabilizasse um diálogo, uma comunicação mais franca entre professor e os alunos. A ideia do método de ensino sempre foi uma preocupação que a mim, me incomodou particularmente e a minha geração eu diria. Tanto é verdade que o movimento do qual eu fiz parte nos anos seguintes foi um movimento que procurou reformar e reformular esse método. Posso beber um pouquinho de água?

C.G. – Claro.

M.S.- A gente troca a fita.

[FIM DA 1º ENTREVISTA]

*2ª entrevista: 19/12/2012*

Muriel Soares – São Paulo, 19 de dezembro de 2012, segunda entrevista com o professor Alberto do Amaral Junior para o projeto História Oral do Campo Jurídico em São Paulo a cargo das pesquisadoras Muriel Soares e Clarissa Gross realizado pelo CPDOC e pela Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas.

Clarissa Gross – Professor, a gente gostaria então de retomar um ponto que tratamos ontem sobre o ensino do Direito. E se o senhor puder comentar um pouco da experiência que o senhor teve durante o seu percurso na faculdade como aluno e as diferenças que o senhor encontra desse período para o que vem sendo feito hoje.

Alberto do Amaral Junior – Eu acho que há diferenças notáveis em relação ao meu período escolar vivido no início dos anos 80 e o que sucede hoje. É verdade que grande parte dos cursos ministrados ainda hoje na Faculdade de Direito são cursos dogmáticos, ao velho estilo coimbrão. Mas a diferença fundamental reside no fato de que existe um movimento de renovação do ensino jurídico e esse movimento de renovação do ensino jurídico é fruto do projeto Pet-Capes que foi criado pelo professor Tércio, pelo professor Faria e, hoje, coordenado pelo professor Jean Paul<sup>55</sup> e que tem produzido frutos muito significativos. Hoje nós temos, nos diversos departamentos, professores interessados na mudança do ensino jurídico e cada qual, a seu modo, procura realizar uma mudança dos métodos de ensino e, sobretudo, enfatizando uma discussão crítica do direito, uma maior participação dos estudantes. Eu mesmo dou uma aula muito diferente da aula que eu dava no início da minha carreira universitária. Eu procuro adotar um método socrático, nesse método socrático existe um diálogo e uma interação constantes entre o professor e os alunos. Os alunos devem necessariamente se preparar para a aula, leem previamente um texto por mim dado anteriormente e nós conversamos sobre o texto; eu levanto perguntas, questões sobre o texto que os alunos devem responder. E na segunda parte da aula eu procuro fazer um estudo crítico da jurisprudência. Um estudo crítico da jurisprudência a meu ver é um estudo em que, primeiro, o aluno lê uma decisão, de uma Corte Internacional, procura entender a sistematicidade, a coerência dessa decisão e procura investigar quais seriam as outras possibilidades de decidir que não aquela adotada pela Corte. Eu acho que esse método tem produzido bons resultados. Eu...ao final de cada curso eu submeto o meu curso a uma avaliação pelos alunos. Os alunos têm colaborado grandemente no aperfeiçoamento do curso. Eu reputo que todos os avanços no meu método se devem à contribuição dos alunos. E eu acho que os resultados são *bastante* satisfatórios e eu percebo que não apenas o meu caso, mas de outros professores, a evolução é considerável em relação ao período em que eu cursei a Faculdade de Direito.

---

<sup>55</sup> Jean Paul Cabral Veiga da Rocha. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



C.G. – E o senhor pode falar um pouco mais do que seria esse método coimbrão?

A.A. – O método coimbrão é um método que se baseia na exposição do professor de um determinado tópico da matéria. É uma aula expositiva em que o professor muitas vezes expõe de maneira ininterrupta e na qual os alunos não participam ou participam muito pouco, e não há uma preparação prévia para a aula. O método coimbrão é um método em que o professor tem uma posição de destaque no ensino, o professor é considerado como sendo depositário do saber e os alunos como um objeto que deve ser trabalhado e manipulado.

C.G. – Ok. E em relação à pesquisa, professor, o senhor gostaria de falar alguma coisa sobre como a pesquisa era conduzida, como as temáticas e os problemas eram selecionados no momento em que o senhor estava como aluno na faculdade e os avanços ou simples evoluções que o senhor percebe para os dias de hoje?

A.A. – Eu acredito que também no campo da pesquisa houve uma *grande* alteração. A pesquisa, na minha época de estudante, era bastante restrita. Eu fui pesquisador do projeto Capes durante três anos, mas os pesquisadores eram raros. Eram muito poucos aqueles que obtinham bolsa de iniciação científica. O projeto Capes era constituído por alunos que tinham bolsa de iniciação científica da Capes para realizar estudos nos departamentos de Teoria e Filosofia Geral do Direito. Mas em outros departamentos havia casos muito excepcionais de alunos que iniciavam no campo científico por intermédio de uma bolsa com este objetivo. Hoje, a situação mudou bastante, existe uma febril participação dos alunos em projetos de iniciação científica em praticamente todas as áreas. Acho que existem também, em vários departamentos, núcleos interessados no desenvolvimento da pesquisa, eu citaria aqui o Grupo Direito e Pobreza que é coordenado pelo professor Calixto Salomão. Eu mesmo já liderei algumas iniciativas de pesquisas financiadas pela Fundação Ford, estas pesquisas resultaram em dois livros: o primeiro livro é sobre o sistema de solução de controvérsias da OMC e os países em desenvolvimento<sup>56</sup>. Foi uma pesquisa que eu coordenei e que envolveu alunos de pós-

---

<sup>56</sup> O nome do livro é: *A Reforma do Sistema de Solução de Controvérsia da OMC e os Países em Desenvolvimento*.

graduação. A segunda pesquisa foi sobre a alteração do Artigo 20 do Acordo Geral de Tarifas de Comércio. Eu explico: o Artigo 20 é um artigo muito importante para o sistema multilateral de comércio porque ele prevê a possibilidade de um país unilateralmente adotar medidas que não seguem necessariamente os critérios de liberalização comercial. Medidas que visam [ ao atendimento] de valores como a vida, a saúde humana, animal ou vegetal, a proteção dos recursos naturais. A meta da pesquisa que eu coordenei também com alunos de Pós-graduação procurava refletir sobre a jurisprudência do GATT da OMC em matéria de aplicação do Artigo 20 e sugerir novos critérios que que pudessem garantir uma melhor proteção aos valores não comerciais.

C.G. – E como o senhor enxerga esse florescimento da pesquisa? Quais os fatores o senhor apontaria para esse florescimento da pesquisa no campo do Direito?

A.A. – Eu acho que há vários fatores, quer dizer, um dos fatores é justamente uma nova geração que vem surgindo imbuída do espírito da pesquisa. Parte dessa nova geração foi formada pelo projeto Pet-Capes que até hoje persiste na Faculdade de Direito. Uma outra parte vem de alunos que têm uma formação multi ou transdisciplinar e que procuram adotar na Faculdade de Direito métodos de pesquisa que desenvolveram em outras faculdades ou mesmo desenvolveram em faculdades do exterior. O maior contato com universidades europeias e norte-americanas, sobretudo com essas últimas, tem contribuído para o alargamento, e o avanço da pesquisa. Uma coisa que era praticamente impensável no passado, hoje ocorre com grande intensidade. Nós temos projetos de intercâmbio na graduação com muitas universidades europeias e americanas, e isso tem tido resultados bastante benéficos para a ampliação da pesquisa.

M.S. – O senhor acha que a internet também influenciou?

A.J. – Eu penso que sim. Eu acho que a internet é um veículo positivo que ajuda na pesquisa, que aproxima os indivíduos e que comunica os alunos com os grandes centros de pesquisa e sobre o que está sendo pesquisado, sobre o que está sendo estudado em outras universidades. Eu acho que é um veículo importante e que deve ser ressaltado no plano da intensificação da pesquisa.

M.S. – Professor, nós gostaríamos de voltar um pouco para a formação do senhor. O senhor se formou em 1984, correto?

A.A. – 83.

M.S. – 83. E depois o senhor ingressou no doutorado em 1987.

A.A. – Na verdade eu fiz o doutorado direto. Quando eu ingressei na pós-graduação, eu ingressei como aluno regularmente matriculado no mestrado. Eu tinha feito apenas exame para a proficiência para apenas uma língua estrangeira e ao final de dois anos de mestrado, em conversa com o meu orientador, professor Fabio Konder Comparato, nós decidimos, de comum acordo, que eu faria doutorado direto e que eu converteria o mestrado em doutorado.

C.G. – E como foi essa escolha de ingressar na pós-graduação, professor? Assim que o senhor terminou o curso de graduação, o que o senhor tinha em mente, quais eram as suas perspectivas e como foi essa decisão de encarar a pós-graduação?

A.A. – Primeiro eu descobri que o ensino era uma vocação e para que eu pudesse desenvolver essa vocação eu precisava iniciar os estudos de pós-graduação. E eu acreditava que eu não deveria guardar muito tempo para iniciar a pós. Foi por isso que eu procurei, no espírito do projeto Capes, ingressar em uma área dogmática na qual eu tivesse possibilidade de fazer pesquisa e de fazer um trabalho, se possível, inovador. Eu lembro que... Uma afirmação que eu já fiz: que uma das finalidades que guiava o projeto Cape era uma *renovação* dos estudos do Direito na faculdade e também no Brasil. E o projeto Capes não se restringia ao plano do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, não queria apenas formar filósofos ou teóricos do Direito, mas queria que os seus integrantes adentrassem à área dogmática para, na área dogmática, injetar um espírito renovador. Foi por isso que eu escolhi uma área dogmática, o Direito Comercial, e escolhi um professor que me permitia esta abertura, que era o professor Fabio Konder Comparato. Então foi uma experiência *altamente* gratificante, o professor Comparato me recebeu, me acolheu, me orientou com profundidade, a proficiência que lhe são peculiares. E eu fiz um trabalho sobre a proteção do consumidor que era um tema *pouquíssimo* abordado no Brasil, tanto é que o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor só viria a ser

aprovado em 1990, quando eu concluí a minha tese de doutorado e publiquei o meu livro. O meu livro era um dos primeiros livros sobre o Direito do Consumidor no Brasil. Então era um tema importante do ponto de vista da Teoria do Direito porque eu tratava da crise do Direito privado e como a proteção ao consumidor se inseria na crise do paradigma do direito privado, como eu chamei. Na verdade, este paradigma foi sendo constituído por hipóteses, e métodos e teorias que provinham do século XVIII, do movimento codificador. Eu, na minha tese de doutorado observo como esse paradigma formado com o movimento codificador entra em crise a partir da segunda metade do século XX e como a proteção do consumidor é um indício dessa crise. Mas também a proteção ao consumidor tinha uma perspectiva prática importante porque ela oferecia aos grupos menos favorecidos uma maior possibilidade de defesa, de pleitear direitos. E, mais do que isso, a proteção do consumidor ensejava uma reflexão sobre a própria democratização no plano da produção.

M.S. – E o senhor poderia contar um pouco como foi a banca, os professores que compunham a banca do seu doutorado?

A.A. – A banca foi constituída pelo professor Fábio Comparato como presidente, na qualidade do meu orientador, pelo professor Waldirio Bulgarelli<sup>57</sup>, titular do departamento de Direito Comercial, já falecido, pelo professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães<sup>58</sup>, já aposentado, também titular de Direito Comercial desta casa, pelo professor José Geraldo Brito Filomeno<sup>59</sup>, que foi procurador geral de justiça do estado de São Paulo e um dos pioneiros na proteção do consumidor no Brasil, pelo professor Jorge Lobo<sup>60</sup> do Rio de Janeiro, um comercialista bastante conhecido.

C.G. – E como é que o senhor se lembra da experiência da banca?

---

<sup>57</sup> Waldirio Bulgarelli (1930-2006). Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

<sup>58</sup> Luiz Gastão Paes de Barros Leães. Advogado. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

<sup>59</sup> José Geraldo Brito Filomeno. Foi procurador-geral de justiça do Estado de São Paulo e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado.

<sup>60</sup> Jorge Lobo. Advogado e professor universitário.

A.A. – Foi uma experiência para mim inesquecível, porque foi verdadeiramente um rito de passagem. Eu nunca tinha enfrentado uma banca na minha vida, foi a primeira vez. Eu não passei pelo exame de mestrado, eu não passei pelo exame de qualificação, como existe hoje aqui na faculdade, antes do mestrado e do doutorado. Foi uma experiência inesquecível pela maneira como eu fui recebido, a minha tese foi muito elogiada, felizmente. Isso, para mim, foi motivo de imensa satisfação pessoal e significou a convicção de que a universidade era uma trajetória natural que eu deveria percorrer no futuro.

C.G. – Nesse momento a perspectiva da carreira diplomática já tinha sido, será que a gente pode dizer, substituída pela perspectiva da carreira acadêmica? Ou como que ficou aquele sonho juvenil da carreira diplomática dentro desse percurso?

A.A. – Eu diria que essa perspectiva nunca desapareceu, eu diria que ela ficou dormente e eu acho que até hoje ela permanece dormente, em um certo sentido. Indiscutivelmente eu acredito ter uma vocação acadêmica, mas sempre quis refletir e atuar no campo diplomático. Eu, de certa forma, indiretamente faço isso ao escrever artigos, ao discutir temas relacionados ao Direito Internacional, às Relações Internacionais, à Política Externa. Eu elaborei o manual para os interessados em ingressar na carreira diplomática. Mas eu diria que a perspectiva da diplomacia nunca foi completamente abandonada, mas ela simplesmente permaneceu dormente e ela até hoje convive com a minha vocação acadêmica.

M.S. – E professor, como foi o seu percurso até a época da livre docência?

A.A. – Foi um percurso que passou por vários departamentos. Eu fiz um doutorado em Direito Comercial imbuído pelo espírito missionário de renovar a dogmática. Mas eu nunca fui *professor* de Direito Comercial muito embora sempre tivesse uma proximidade com os temas do Direito Privado. Mas eu vinha também de uma formação de Teoria Geral do Direito, e de Filosofia do Direito e de Sociologia Jurídica. Posteriormente eu aguardei até que a Universidade de São Paulo abrisse algum concurso no qual eu pudesse ingressar na universidade. Havia uma política da reitoria, nos anos 90 do século passado, de não abertura de concursos, eram abertos apenas processos seletivos. Foi aberto um processo seletivo em 1995. Durante o período que medeia entre 1987 e 1995 eu permaneci aqui na faculdade como

docente voluntário. Eu trabalhei com o professor Tércio Sampaio Ferraz, eu ministrava aulas de seminário de Introdução aos Estudos de Direito, ministrava aulas seminário de Sociologia Jurídica sob orientação do professor José Eduardo de Oliveira Faria. Foi uma experiência didática valiosíssima, eu aprendi  *muito* com ela e esta experiência, mais tarde, veio a permear toda a minha trajetória no mundo acadêmico. Em 1995 foi aberto um concurso no departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito – processo seletivo, não era um concurso para efetivação, um concurso de ingresso. Eu prestei, fui aprovado. Fui professor no departamento de Filosofia até 1997, quando eu recebi um convite do departamento de Direito Internacional para me transferir para o departamento de Direito Internacional. Era um convite unânime, inclusive, aprovado pelo conselho do departamento. Com o consentimento do departamento de Filosofia processou-se essa transferência. E eu fiz toda a minha carreira posteriormente no departamento de Direito Internacional. Eu era um professor doutor que tinha uma contratação na qualidade de celetista da Universidade de São Paulo. Eu fiz a minha livre docência em 2001. Eu escrevi sobre o Direito de Assistência Humanitária, que foi um tema candente nos anos 90 porque tratava do uso da força no caso da violação em massa de Direitos Humanos. A minha defesa ocorreu em dezembro de 2001. Em 2003, eu fiz o concurso de ingresso ao departamento de Direito Internacional para me tornar professor efetivo e disputei titularidade no departamento de Direito Internacional em 2007 tendo sido aprovado no concurso de Direito Internacional Público, muito embora não tenha merecido a vaga.

C.G. – Vamos voltar só um pouquinho. O senhor mencionou a publicação de um manual de preparação de candidatos à carreira diplomática, esse manual foi primeiramente publicado, foi em 1996?

A.A. – Exatamente.

C.G. – Como surgiu a ideia de escrever esse manual?

A.A. – Foi um pedido feito pelo Instituto Rio Branco que cuida da formação dos diplomatas brasileiros. E esse manual constava de matérias diversificadas que compreendiam Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo e Teoria Geral do Direito. E esse manual para mim teve um papel, eu diria, transcendental porque ele serviu como um germe de

dois livros. A partir dele eu vim, mais tarde, a escrever o *Curso de Direito Internacional Público* e outro curso chamado *Lições de Direito*, que é uma espécie de um curso de instituições jurídicas que contém um pouco da discussão sobre Direito Privado na atualidade, sobre Direito Público, Direito Constitucional, Teoria Administrativa e Teoria Geral do Direito.

C.G. – E como o senhor avalia o impacto da publicação desse manual para a carreira do senhor?

A.A. – O impacto foi muito grande, foi muito grande, primeiro, porque eu tive que pensar sobre temas que eram da minha convivência cotidiana, mas sobre os quais eu nunca antes havia escrito; em segundo lugar, que ele me deu a visibilidade como alguém que trabalha com o Direito Internacional; em terceiro lugar porque ele foi a semente para obras futuras.

C.G. – E o concurso de ingresso na Faculdade e depois o concurso de titularidade, como o senhor se recorda desses concursos?

A.A. – O concurso de ingresso ocorreu em 2003, foi um concurso em que eu participei como único candidato, sem incidentes, um concurso tranquilo em que muitos professores me perguntavam sobre a minha trajetória diversificada na carreira universitária. Eu procurava explicar as razões que motivaram a minha escolha pelo Direito Internacional. Foi um concurso marcante *também* pelo fato de que... Na verdade eu já estava na universidade acerca de dezesseis anos, eu comecei a dar aula em 1987 e *só* vim a me efetivar em 2003. Então, pessoalmente, era muito prazeroso saber que depois de um longo tempo percorrido eu consegui, enfim, ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O concurso de 2007 foi um concurso que eu participei com dois outros candidatos e eu fiquei em segundo lugar. Eu recebi uma indicação. O concurso para professor titular se rege por indicações, cada professor dá notas para três provas; a prova didática, arguição de tese e os memoriais e é feita uma média das notas de cada professor, e essa média equivale a uma indicação. E eu recebi uma indicação que muito me honra que é a indicação do Celso Lafer, que me escolheu como professor que

deveria preencher a vaga de Direito Internacional Público deixada pelo professor Guido Fernando da Silva Soares<sup>61</sup>.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

C.S. – Professor, eu queria perguntar sobre a percepção que o senhor tem a respeito desse projeto missionário do projeto Pet-Capes, pelo seguinte; porque o senhor falou que havia um objetivo, não é? Desse projeto de formar professores que pudessem depois ocupar várias áreas do Direito, inclusive as áreas dogmáticas para poder fazer um trabalho diferente, um trabalho de reflexão crítica sobre essas áreas, inclusive modificar as técnicas de ensino nessas áreas. E o senhor me disse que no seu percurso acadêmico houve desvios... Não desvios, mas assim curvas, percursos e o senhor fez o concurso de ingresso para o departamento de Direito Internacional e fez grande parte da sua carreira no departamento de Direito Internacional. A pergunta é a seguinte: como o senhor observa o impacto desse projeto Pet-Capes, ou da perspectiva que ele tinha de renovação do ensino do Direito dentre várias áreas, inclusive as áreas dogmáticas? Houve, de fato, uma formação plural de vários professores que acabaram ocupando cargos de áreas tradicionalmente conhecidas como áreas dogmáticas do Direito na faculdade ou em outras instituições de ensino superior?

A.A. – O impacto do projeto Pet-Capes é enorme, eu diria. Eu ressalto que um dos grandes resultados positivos alcançados pelo projeto Pet-Capes foi o nascimento de uma nova proposta de cursos jurídicos como foi a Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Todo o projeto de uma reestruturação da grade curricular, de uma nova concepção do ensino do Direito que foram plasmadas pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas tem uma relação direta com o projeto Pet-Capes, com a influência do professor Faria e com os antigos alunos do professor Faria, caso o professor Ronaldo, de orientandos do professor Faria como o professor José Reinaldo. E mais tarde, com pessoas que tiveram também passagem pelo projeto Pet-Capes e que exerceram cargos importantes e proeminentes na Fundação Getúlio Vargas. Então, eu acho que a escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas mostra o *impacto* do projeto

---

<sup>61</sup> Guido Fernando Silva Soares (ano de nascimento sujeito à verificação – 2005). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e diplomata.



Pet-Capes nos cursos jurídicos brasileiros e a escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas significa um desafio para as faculdades tradicionais, inclusive para a faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, porque com uma nova proposta, com um novo estilo de ensino ela obriga as instituições tradicionais a repensarem a sua forma de produzirem o Direito enquanto atividade de pesquisa e não enquanto produção jurisdicional, mas enquanto pesquisa acadêmica e direcionada. E obrigam as Faculdades de Direito também a rediscutirem o papel que possuem na formulação, na reprodução do conhecimento jurídico em um mundo globalizado. Eu acho que na Faculdade de Direito também o impacto é grande nos vários departamentos, eu citaria o departamento de Direito Econômico, cito o departamento de Direito Processual, o departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, o departamento de Direito Comercial, o departamento de Direito Internacional, o meu caso específico, e assim por diante. Então eu acho que o projeto Pet-Capes tem tido, sim, um papel que não é pequeno, pelo contrário, é um papel de imensa projeção no redimensionamento do estudo e da pesquisa e da pesquisa no Direito no Brasil.

C.G. – O senhor teve colegas do período do projeto Pet-Capes, que o senhor participou do projeto Pet-Capes que seguiram na carreira docente?

A.A. – Tive vários colegas como o professor Ari Marcelo Sólton, o professor Ronaldo Porto Macedo, o professor Carlos Alberto Sales<sup>62</sup>, o professor Juliano Maranhão<sup>63</sup>, para citar apenas alguns deles. Talvez eu esteja cometendo alguma uma injustiça com os outros, mas se isso ocorrer eles certamente me perdoarão.

M.S. – [risos]. Certamente. E professor, o senhor fez uma especialização na Bélgica em 1993, correto?

A.A. – Exatamente.

---

<sup>62</sup> Professores as Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP.

<sup>63</sup> Juliano Souza de Albuquerque Maranhão. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP.

M.S. – O senhor poderia comentar um pouco como foi essa experiência pessoal e para a sua formação?

A.A. – Foi uma experiência gratificante, eu permaneci em Louvain-la-Neuve estudando Direito do Consumidor. Na verdade, era uma extensão da minha atividade enquanto alguém que pesquisava Direito do Consumidor. Eu defendi a minha tese em 1991 e o meu livro sobre *Proteção do consumidor no contrato de compra e venda* foi publicado em 1993. A ida para Louvain-la-Neuve foi uma oportunidade para conhecer o professor Thierry Bourgoignie<sup>64</sup>, estreitar o contato com ele que é um grande professor de Direito do Consumidor, para ter contato com outros pesquisadores europeus e para ter uma experiência internacional mais efetiva. A experiência foi para mim muito boa.

M.S. – Talvez o senhor pudesse comentar um pouco sobre o seu trabalho como advogado agora, como, quando ele se iniciou?

A.A. – Bem, eu trabalhei como consultor jurídico de uma corretora de valores, a corretora Mariano, durante vários anos, dos anos 80 até cerca de 1997. Foi uma oportunidade valiosa para que eu pudesse conhecer o funcionamento de uma empresa que atua no mercado de capitais e para acompanhar as transformações pelas quais essa empresa passou em um período turbulento da vida brasileira em que havia taxas elevadíssimas da inflação e posteriormente com a introdução do Plano Real, a estabilização da economia. Foi uma experiência muito válida do ponto de vista jurídico e uma experiência muito profunda do ponto de vista da reflexão intelectual, e do conhecimento, do funcionamento e das técnicas empresariais. Eu fui assessor jurídico da Emurb<sup>65</sup> de 1989 a 1992. Foi uma experiência importante também para conhecer o funcionamento do poder público. Então era o outro lado da moeda, eu não estava conhecendo o funcionamento do setor privado, mas do poder público – mas sempre como consultor. E hoje eu sou apenas consultor, não sou advogado militante, eu tenho dedicação exclusiva à Universidade e apenas advogo nos limites em que a legislação que regula a atividade do

---

<sup>64</sup> Thierry Bourgoignie é professor de Direito na UQAM (Université du Québec à Montréal).

<sup>65</sup> Empresa Municipal de Urbanismo São José do Rio Preto.

professor com dedicação exclusiva permite – que são poucas horas dedicadas à consultoria e à pesquisa jurídica propriamente dita fora da universidade.

C.S. – O senhor considera importante a experiência prática no Direito, da advocacia, ou em algum tipo de carreira pública para a docência? Ou o senhor acha também que é importante a composição do corpo docente por algum dos seus membros que se dedicam exclusivamente à pesquisa? Como o senhor enxerga esse equilíbrio entre a atividade prática do Direito e a pesquisa para a docência?

A.A. – Diferentemente do que normalmente é pensado e dito no Brasil, eu não creio que a atividade prática do Direito seja absolutamente imprescindível para a pesquisa acadêmica. Eu acredito que ela é um elemento importante, mas ela não é imprescindível e vou explicar por que. A concepção que nós temos no Brasil é de que o Direito é feito nos escritórios, o Direito é feito nos tribunais, o Direito deve ser estudado fora da universidade, que a universidade deve ser apenas um estágio de passagem, obtenção de um diploma, mas que tudo se aprende fora. Então, essa é uma concepção *absolutamente* equivocada. Equivoca por quê? Porque ela forma maus profissionais, profissionais com imensa deficiência e profissionais com deficiência não contribuirão para o desenvolvimento do Direito para atender às necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa. Eu vou citar aqui um exemplo que ocorreu comigo quando eu estive em 2003 na Universidade de Yale, eu tive lá um *teaching assistant* e que havia feito um estágio em um grande escritório brasileiro. Ele fez um intercâmbio no Brasil e depois decidiu estender esse intercâmbio e permanecer aqui mais três meses. Ele me disse com vivo assombro: “Professor, como pode um professor de Direito no Brasil, na sua escola que é a mais prestigiosa do Brasil, estudar sendo que no escritório onde eu trabalhava eu tinha que trabalhar até dez, onze horas da noite?”. É impossível. Então, essa é uma concepção errônea, e esta concepção vem do fato de que os cursos jurídicos são cursos, em geral, que são desatualizados, que não estão em sintonia com as transformações da vida moderna e que o estudante é obrigado a aprender fora o que ele não aprende na universidade. Isso se deve, por exemplo, a uma falha da Universidade. A Universidade não tem, por exemplo, a possibilidade de oferecer uma prática jurídica, um mínimo de prática jurídica. O aluno sai da universidade sem saber sequer elaborar uma petição, um recurso, enfim, documentos básicos que são da atividade profissional. Eu acho que o estágio é importante, mas o estágio deveria ser feito nos períodos de férias como ocorre

nas grandes universidades do mundo, por exemplo: em Yale, em Harvard os alunos utilizam as férias de verão para fazer estágio em grandes escritórios norte-americanos e nem por isso essas universidades são universidades de segunda categoria, ao contrário, estão entre as melhores universidades do mundo, Yale é a melhor universidade de Direito dos Estados Unidos, por exemplo. De lá saíram Presidentes, membros da Suprema Corte, grandes advogados. Eu advogo que o curso jurídico deva ser em período integral e não em período parcial. Eu acho que a atividade prática, respondendo diretamente a sua pergunta, é um elemento que contribui para a formação do profissional jurídico que se dedica à atividade acadêmica, para formação do professor. A minha experiência enquanto consultor, hoje, a minha experiência pregressa foram e são importantes, mas um corpo de professores de uma universidade séria deve ser constituído na sua *grande* maioria por professores que tenham uma dedicação integral à universidade. E a prática, ela pode ser obtida de diversos modos, por exemplo, em períodos de estágio no final do curso em uma Corte, em uma Corte Suprema ou em uma Corte Estadual seria importante para a compreensão do funcionamento da máquina jurídica. Mas a concepção de que o Direito se faz nos grandes escritórios e que a Escola tem um papel secundário não é uma concepção verdadeira, é uma concepção falsa e isso revela, na verdade, uma falha do ensino jurídico em formar bem profissionais que possam ser bons advogados, que possam passar nos concursos para magistratura, que não tenham que enfrentar grandes vicissitudes. Então, eu acho que o grande desafio do curso jurídico, hoje ou dos cursos jurídicos no Brasil hoje é, em primeiro lugar, combinar uma formação geral, uma visão humanista com uma visão técnica; em segundo lugar entender que nós vivemos em um mundo extremamente complexo e que o saber jurídico que está sendo legado às novas gerações, na sua grande maioria, é um saber ultrapassado e há um risco de que esse saber seja absolutamente disfuncional. E por isso os alunos acorrem aos escritórios de advocacia porque percebem que lá, sim, eles poderão adquirir os conhecimentos dos meandros que lhes vão proporcionar sucesso na vida profissional.

M.S. – Professor, voltando um pouco à sua trajetória pessoal, nós comentávamos antes sobre a importância do computador na vida do senhor, como isso foi um *turning point* para o senhor. E também talvez falar um pouco, se o senhor quisesse, se o senhor chegou a sofrer discriminação por ter a deficiência visual na graduação ou na profissão.

A.A. – Bom, as duas perguntas são muito importantes. Com relação ao computador: o computador foi realmente uma mudança sem precedentes em toda a minha trajetória intelectual, porque multiplicou a minha capacidade de trabalho – eu devo isso a minha mulher que se empenhou em obter um programa de voz, *screen reader*, que pudesse ler tudo aquilo que se encontra na tela do computador e depois de outros *screen readers* que falam diversas línguas e que me permitiram e me permitem ler textos em línguas estrangeiras diferentes. Então o computador hoje me permite trabalhar com muito mais rapidez. A minha tese de doutorado foi escrita em uma máquina de escrever Olivetti e com *imenso* sacrifício, e praticamente sem rascunho. Então, a demora que eu tive para escrever a minha tese de doutorado, se eu tivesse utilizado o computador na época teria sido reduzida grandemente. O computador, portanto, foi uma revolução na minha capacidade de trabalho. Hoje eu tenho *scanner*, tenho uma pessoa que me assiste, uma assistente dedicada, que escaneia os textos que eu tenho necessidade de ler. Tudo aquilo que eu não obtenho por intermédio da versão eletrônica, eu escaneio. Isso me dá *também* uma capacidade de leitura que eu não tinha na época. Com relação à discriminação, eu tive alguns pequenos sinais de discriminação durante a adolescência, mas essa discriminação eu creio que foi atenuada pelo fato do meu desempenho escolar. Então os meus companheiros, os meus amigos, os alunos tinham um certo respeito e não me discriminavam ou me discriminavam pouco. Agora, eu sofri, sim, discriminação em outros momentos da vida universitária, em um dos concursos dos quais eu participei eu trouxe a minha máquina de braile à essa faculdade para anotar as questões que os examinadores formulavam como eu sempre fiz. Aliás, quero aqui deixar claro uma coisa, mesmo tendo a possibilidade de ter alguns benefícios como deficiente visual garantidos pela legislação, eu *já* nunca recorri a esses benefícios em qualquer concurso que eu prestei. Eu prestei todos os concursos da vida acadêmica como uma pessoa que não possui deficiência, tive o mesmo tempo e não tive nenhuma vantagem adicional. Mas esse episódio a que eu me referi é ilustrativo de uma posição muito conservadora e discriminatória em relação aos deficientes em geral e em particular no meu caso, os deficientes visuais, porque o deficiente visual é na verdade um estranho e um estranho em uma faculdade extremamente tradicional em que todos enxergam. Eu sou o primeiro professor que fez toda a sua carreira na Universidade de São Paulo, na *história* da Universidade de São Paulo, na história desta faculdade que tem quase duzentos anos, pelo método braile. Quero aqui fazer

justiça ao professor Azis Simão<sup>66</sup>, foi um brilhante professor da Faculdade de Filosofia, sociólogo brilhante, talentoso, que perdeu a visão. Mas o professor Azis Simão perdeu a visão já adulto, no meu caso a situação foi diferente porque eu comecei os meus estudos pelo sistema braile, eu tinha uma visão *muito* reduzida que não me permitia a leitura como qualquer outro aluno pelo sistema normal de leitura. Agora, nesse concurso no qual eu participei, como eu relatava a pouco, ao tentar anotar as questões que me foram formuladas, eu tive um problema com a minha máquina de braile que nunca havia ocorrido antes. Eu preciso colocar a folha, uma de papel na máquina e esse um processo razoavelmente complexo e ao colocar uma das folhas na máquina, no início da arguição, a folha não entrava na máquina e eu fiquei bastante apreensivo, o professor Celso Lafer na época, que era o presidente da banca, muito gentilmente perguntou se eu queria algum auxílio excepcional, eu falei que eu poderia continuar a fazer o exame e apenas pedi para que o examinador se eu, por ventura, esquecesse as questões formuladas, porque eu procurei me concentrar para memorizar as questões feitas, repetisse as questões que eu não me furtaria a respondê-las. Ele fez mais de vinte perguntas, eu procurei responder todas as questões que eu me lembrava, inclusive a minha máquina voltou a funcionar posteriormente nas arguições seguintes, quando eu me lembrava de alguma questão que eu havia me esquecido, eu respondia novamente e ao final do exame ele, conversando comigo, me disse que justamente a questão principal que ele queria que eu respondesse eu não tinha respondido.

M.S. – Mas ele não falou a pergunta novamente?

A.A. – Ele não mencionou essa questão durante o exame. Eu também fui discriminado quando eu participei do processo para a escolha do advogado para compor o quinto constitucional do Tribunal Federal da Terceira Região. Esse tribunal tem sede em São Paulo e eu fui escolhido pela Ordem dos Advogados do Brasil. Uma lista sêxtupla foi enviada para o Tribunal e o Tribunal deveria, dentre os seis nomes, escolher três que seriam submetidos ao Presidente da República para que o Presidente da República pudesse escolher qual seria o membro a preencher a vaga. E há um procedimento de praxe que todos os candidatos tenha uma entrevista com cada um dos componentes do Tribunal e uma das desembargadoras – que inclusive depois

---

<sup>66</sup> Azis Simão (1912 – 1990). Foi sociólogo e jornalista.

foi presidente daquela Corte – me disse textualmente que ela considerava que um deficiente visual, no caso um cego como eu, jamais poderia integrar a Corte, que não tinha condições de pertencer à Corte porque ele não tinha a possibilidade de ler os processos, de ter a agilidade que o desembargador precisa para participar das seções. Eu contra argumentei dizendo que há vários precedentes no exterior, na Suíça, eu tenho um amigo que é magistrado na Suíça, há casos nos Estados Unidos, também conheço juízes aposentados nos Estados Unidos que foram deficientes visuais e são deficientes visuais, mas a minha argumentação foi em vão e isso é lamentável porque se trata de um Tribunal de prestígio e é uma manifestação aqui de uma discriminação aberta. Muitas vezes eu sofri discriminações veladas que a discriminação não foi claramente expressa, mas ela foi sub-repticiamente feita em julgamentos, em formas de avaliação que refletem uma postura conservadora e *inconstitucional*. Só para lembrar um caso, por exemplo, o estado de São Paulo possui uma lei que estabelece reserva de vagas para deficientes físicos e a Universidade de São Paulo não adota a reserva de vagas que é inclusive um preceito constitucional, está no artigo 37 da Constituição, e foi esse preceito transformado em lei no estado de São Paulo. A Universidade de São Paulo não prevê nenhuma reserva de vagas para deficientes físicos contrariando a própria lei estadual. Então vejam que a própria Universidade de São Paulo está fora da lei no que concerne ao respeito aos deficientes físicos.

M.S. – Professor, esse episódio lamentável do Tribunal do quinto constitucional, em que ano aconteceu?

A.A. – Por volta de 2004, 2005.

M.S. – E o senhor acha que ele aconteceria novamente? Em 2012?

A.A. – Não tenho condições de dar uma resposta nesse sentido, porque isso dependeria, evidentemente, de uma entrevista com todos os desembargadores e reação que teriam. Mas eu tenho conhecimento que mesmo no episódio do qual eu participei houve também uma discriminação branca, uma discriminação implícita, porque eu soube por terceiros que outros desembargadores, no momento da votação, se manifestaram contrariamente à minha participação na lista tríplice porque consideravam que a minha deficiência era um fator impeditivo do exercício do cargo de magistrado.

C.S. – Sobre essa questão da...O senhor uma vez escreveu um texto, acredito que tenha sido para a Folha de São Paulo, se não me engano, sobre esse esforço do senhor de driblar a cegueira. Se não me engano, o texto tinha no título esse termo: como um professor de Direito driblou a cegueira. Na verdade, eu gostaria de pergunta se, uma vez que o senhor veio para São Paulo – o senhor já tinha comentado que em Itápolis o senhor não se lembra de algum outro caso de deficiente visual – chegando em São Paulo o senhor teve contato com outras pessoas na mesma situação que participavam talvez de algum grupo, havia entidades de apoio que eventualmente contribuíram para a formação do senhor ou em algum momento para o desenvolvimento da sua vida profissional? O senhor chegou a ter contato com outras pessoas?

A.A. – Tive e tenho relação com muitos deficientes visuais. Já participei de congressos de associações de deficientes visuais, de associações de deficientes físicos, tenho muitos amigos deficientes físicos. Tenho uma participação na Fundação Dorina Nowill, sempre me ajudou muito nesse sentido e eu procurei também, na medida do possível, transmitir um pouco da minha experiência no processo que esta entidade sofreu nos últimos tempos de modernização. A minha relação com os deficientes visuais é uma relação grande, eu tenho, inclusive, um orientando na Faculdade de Direito que está fazendo doutorado sob minha orientação que é totalmente cego, é um procurador municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, que está escrevendo uma tese sobre cotas. Então eu procuro, justamente, ter uma relação *estreita* com os deficientes visuais para conhecer as suas necessidades e procurar, de alguma maneira, vocalizar desejos, interesses e necessidades. E envidar esforços para que o respeito aos deficientes visuais, aos seus direitos e aos deficientes físicos, de maneira mais ampla, possa se dar mais intensamente no Brasil.

M.S. – O senhor comentou ontem que sempre se interessou muito por política, até a política internacional, não é? Ligada ao seu sonho da diplomacia, o senhor chegou a atuar em comissões legislativas? Pensou em se candidatar para algum cargo político?

A.A. – Não, nunca pensei em me candidatar a um cargo político, não atuei em comissões legislativas, mas gosto da política internacional. Pretendo ainda, de alguma forma, direta ou indiretamente oferecer alguma contribuição para reflexão e quem sabe ação em matéria de política externa.



[FINAL DE ARQUIVO pho\_2055\_alberto\_do\_amaral\_jr\_2012-12-19\_01]

M.S. – Professor, de trocar a fita. Nós estávamos perguntando para o senhor sobre o seu artigo sobre *Paris flui por meio de todos os sentidos*, como foi essa experiência?

A.A. – Foi uma experiência emocionante. Fui convidado pelo caderno de Turismo do jornal Folha de São Paulo para escrever um artigo sobre Paris e eu pensei como transmitir a impressão que causa a um deficiente visual uma cidade. Mas para mim não é qualquer cidade, Paris é uma cidade especial, é uma das cidades do mundo que eu tenho uma predileção particular, uma identificação espiritual com a cidade. E sempre que eu vou à Paris eu sempre descubro algo novo em um universo inesgotável daquela cidade. Eu procurei construir esse artigo com uma visão muito pessoal sobre como *eu* vejo Paris e sobre como um deficiente vê Paris. Eu acho que o que distingue esse artigo é que eu, no artigo, mostro Paris como uma cidade que eu conheço por sentidos que não são sentidos relacionados à visão. Eu estou atento aos cheiros, aos gostos, ao olfato, à audição. Então, essas coisas foram muito patentes no momento em que eu escrevi o artigo. Eu faço uma comparação: como é possível, por exemplo, um deficiente olhar sem ver – na verdade esse é o mote do artigo. Como é possível olhar sem ver. E eu digo que é possível um olhar sem ver assim como é possível um ouvir sem escutar, assim como Beethoven pôde compor as suas brilhantes sinfonias de quando já não mais ouvia. Então há um paralelismo aqui entre um olhar sem ver, um ouvir sem escutar – o que depende de outros sentidos, mas depende também de como são processadas as emoções no interior da mente, do espírito por intermédio da conjugação de múltiplos sentidos.

M.S. – Professor, agora tratando um pouco do Direito Internacional. Para entrar nesse assunto a gente queria lembrar um texto que o senhor publicou no Estadão em 2001, e ele se chama *A paz em tempos sombrios*. Nesse texto, se eu tiver lido bem, eu entendi que o senhor fala que o episódio do 11 de setembro, dos atentados de onze de setembro eles trazem uma lição que é a lição da necessidade de aperfeiçoamento institucional a nível internacional para que se pudesse tratar desses fatos que a gente chama de fatos de terrorismo. Eu queria que o senhor falasse um pouco dessa questão institucional no Direito Internacional, como o senhor vê o desenvolvimento institucional no Direito Internacional nos últimos tempos.

A.A. – Eu acho que há um grande desajuste entre o aparato institucional que existe no campo das relações internacionais e a realidade no início do século XXI. Toda a moldura jurídica que preside as relações internacionais, hoje, foi formada em um outro contexto histórico, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional surgiram em 1944 na Conferência de Bretton Woods e são instituições que foram pensadas para responder aos problemas do período entre guerras como, por exemplo, impedir as desvalorizações competitivas das moedas nacionais, evitar a prática de subsídios, de contingenciamento quantitativos, de antidumping, que, de certo modo, estiverem também na raiz da Segunda Guerra Mundial e ao mesmo tempo de financiar projetos de médio e de longo prazo nos países devastados pelo segundo grande conflito mundial. O Acordo Geral de Comércio e Tarifas, que deveria ser o terceiro grande pilar da ordem econômica internacional, foi projetado em 1947, vigorou até 1994 e continua a vigorar agora sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio – foi a primeira organização criada no mundo pós-Guerra Fria. Mas com relação à paz e à segurança, os dois temas nucleares do Direito Internacional. A paz e a segurança foram objeto de uma regulação jurídica, da carta das Nações Unidas, que é de 1945. E a carta das Nações Unidas prevê um novo tipo de governança internacional, esse tipo de governança procurou eliminar as deficiências que haviam impregnado a realidade internacional no período entre guerras e que haviam ferido de morte o pacto constitutivo da sociedade das nações. Mas a carta das Nações Unidas constituiu um aparato de poder e nesse aparato de poder o Conselho de Segurança tem uma posição privilegiada que não mais corresponde à situação hoje vigente. O Conselho de Segurança da ONU, que é o principal órgão das Nações Unidas, é um órgão composto por quinze membros, dez com mandatos temporários e cinco membros com assento permanente e com direito de veto, são eles: os Estados Unidos, a Rússia, o Reino Unido, a China e a França. Reflete, portanto, o mapa de poder existente no final da Segunda Guerra Mundial. As potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial são aquelas que têm assento permanente e direito de veto. O Conselho Econômico e Social, que também foi projetado pela carta da ONU, é um conselho meramente consultivo, opinativo, que não tem um poder decisório que deveria ser utilizado para efetiva promoção do desenvolvimento econômico e social. Então há uma falha aqui entre um órgão dotado da capacidade de utilizar a força para preservação da paz e da segurança como o Conselho de Segurança, que tem um poder efetivo, e o Conselho Econômico e Social que tem um poder muito pequeno porque ele simplesmente opina, aconselha, exorta, mas não pode obrigar os

Estados adotar certos comportamentos. No plano da paz e da segurança há um descompasso entre as normas internacionais e a realidade, porque o mundo alterou-se profundamente nos últimos sessenta e setenta anos: novas potências surgiram, potências regionais – o Brasil está entre elas, mas há também o caso do Japão, o caso da Alemanha, o caso da Índia, do Paquistão, do Egito, da África do Sul, para citar apenas alguns países. Há também uma falta de um controle efetivo das decisões do Conselho de Segurança por parte da Assembleia Geral da ONU que tem representação de todos os Estados, mas não tem um efetivo controle democrático sobre as ações tomadas pelo Conselho de Segurança e sobre os atos das grandes potências que podem exercer o direito de veto, o direito de veto não pode ser revertido pela Assembleia Geral. Então nós temos um descompasso entre instituições de um lado, que são instituições arcaicas, que são instituições que de certa forma desempenharam um papel extremamente importante para inúmeros assuntos. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas cumpriu e ainda cumpre um papel importante na área dos Direitos Humanos, muitos tratados foram celebrados no plano da ONU para supervisão de eleições em inúmeros países do mundo, para o aumento da consciência sobre os males do analfabetismo. Na ONU surgiu a concepção de que os fundos marinhos devem ser um patrimônio comum da humanidade, não devem ser explorados apenas pelas grandes potências. A ONU tem exercido também um papel proeminente no combate e na consciência dos males provocados pelo tráfico de drogas e pela criminalidade transfronteiriça, mas a sua estrutura é inadequada para responder à complexidade do mundo atual. Apesar de ter estabelecido alguns princípios balizadores da vida internacional, a ONU precisa ser reformada e hoje existe uma grande *indisposição* das grandes potências em promover uma reforma da ONU mais democrática que corresponda aos anseios da comunidade internacional. Há uma série de mudanças que são cogitadas, mas que dificilmente serão realizadas no curto prazo, porque há uma relutância dos Estados em abrir mão da sua soberania em prol das organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas. No caso da Organização Mundial do Comércio há também um descompasso porque, apesar da Organização Mundial do Comércio ser uma organização recente, ser a primeira organização do mundo pós-Guerra Fria, ela precisa afirmar de maneira mais intensa a sua legitimidade acolhendo pleitos dos países em desenvolvimento. Ela conseguiu liberalizar o comércio em muitos aspectos, mas muitas barreiras impostas pelos países desenvolvidos às exportações dos países em desenvolvimento ainda perduram, o que acaba por comprometer a sua legitimidade em muitas hipóteses diante da reivindicação dos países em desenvolvimento de ter um maior quinhão na participação da

riqueza mundial. Mas eu reitero também a necessidade de ter uma forma estrutural em que o desenvolvimento seja visto como um problema central da organização das Nações Unidas. E o desenvolvimento aqui não é mais concebido sob a ótica antiga, como crescimento econômico apenas, mas como desenvolvimento sustentável, como desenvolvimento que incorpore ao mesmo tempo o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental que quer dizer: um uso optativo dos recursos que contempla uma justiça intergeracional de modo que as gerações futuras possam ter as mesmas possibilidades de utilizar os recursos naturais que as gerações presentes. Não há aqui uma hierarquia entre a geração presente, contendo mais direitos do que as gerações futuras. Nós não temos o direito de depredar o planeta em detrimento das gerações futuras, mas temos uma obrigação perante aqueles que virão após a nossa existência. Isso significa pensar o Direito Internacional de um ponto de vista diferente, introduzir a noção de tempo e de finalidade no Direito Internacional, introduzir uma concepção de justiça não mais apenas intrageracional, mas uma justiça intergeracional em que há uma parceria entre as gerações e não apenas uma visão míope em que a geração presente se arroga o direito de explorar os recursos naturais independentemente dos seus efeitos sobre o meio ambiente.

C.G. – Do ponto de vista brasileiro e do Direito, como o senhor avalia a atividade, o papel das Faculdades de Direito hoje no Brasil para preparar a ação dos juristas brasileiros na atuação na esfera internacional tendo em vista essas questões que o senhor apontou?

A.A. – Bom, primeiro eu acho que os cursos jurídicos no Brasil ainda estão muito longe do que nós poderíamos entender como um nível aceitável de preparação do operador jurídico. No Brasil nós temos uma grande estratificação dos cursos jurídicos, a maior parte deles é constituída por cursos jurídicos e fornecidos por escolas privadas. São cursos de baixa qualidade que formam profissionais com deficiências notáveis. Há escolhas escolas públicas de maior qualidade, em que tem maior seriedade no recrutamento do seu corpo docente, mas que em grande parte dos casos tem um currículo desatualizado ou não tem a sensibilidade para um diálogo inter ou transdisciplinar, para perceber o Direito como um componente fundamental da realidade social, mas um componente que não pode ser entendido independentemente da relação com a Economia, com a Sociologia, com as Relações Internacionais, com as disciplinas afins. E nós temos algumas faculdades que procuram, de

maneira pioneira, inovar nesse panorama. Mas o quadro, o cenário é um cenário ainda bastante desencorajador, apesar de vivas reações contra o panorama atualmente existente. No caso específico do Direito Internacional, das Relações Internacionais a situação é muito mais grave, porque na quase totalidade dos cursos jurídicos, o Direito Internacional é visto como uma perfumaria jurídica que não interessa porque os concursos públicos, com raras exceções, não exigem conhecimento em matéria de Direito Internacional, porque o operador do Direito acha erroneamente que o Direito Internacional não terá uma repercussão na sua vida cotidiana, os professores não ensinam o Direito Internacional de modo a mostrar como cada um de nós é afetado *cotidianamente* pelas regras internacionais já que há uma porosidade hoje entre o Direito interno e o Direito Internacional. Não há mais fronteiras muito bem definidas e delineadas que separam o Direito interno do Direito Internacional, mas há uma porosidade, um esboroamento das divisões tradicionais e isso não é perceptível mesmo nos cursos de melhor nível, não há uma comunicação, uma interação entre as matérias dogmáticas de Direito interno e as matérias internacionais. Uma interação que permitisse ao aluno vislumbrar que ao discutir um problema de contratos, ele tem muitas vezes que se defrontar com questões internacionais, que elas estão presentes, por exemplo, na arbitragem, que elas estão presentes, por exemplo, na aplicação de leis internas como, por exemplo, aquelas que dizem respeito à prisão do depositário infiel, que estão presentes, por exemplo, nas reformas trabalhistas, que estão presentes, por exemplo, no ingresso de produtos estrangeiros como produtos chineses. Que tudo isso tem a ver com o Direito Internacional, com tratados que o país celebra, com a maneira como o operador jurídico, o advogado e o juiz devem lidar com o Direito. Eu acho que nós precisamos *ainda* vivenciar uma transformação muito mais profunda nesse plano para que nós tenhamos a concepção de que o Direito Internacional *afeta* a realidade cotidiana. Mas eu acho também que existem outras questões importantes. Eu acho que nós vivemos em mundo em que há o desgaste de um paradigma – o paradigma do Direito Internacional clássico... Este paradigma foi formado na metade do século XVII, no final da guerra dos trinta anos que dilacerou a Europa e cuja conclusão ocorreu em 1648. Este paradigma resultou no Direito Internacional como o Direito composto por Estados Soberanos. O Estado foi visto como a forma por excelência de organização da sociedade humana. Havia, assim, uma nítida divisão entre o plano internacional, o plano da comunicação entre os governos e aquilo que ocorria dentro dos Estados. Como soberanos, os Estados recusavam submissão a qualquer autoridade externa, tanto é que a ideia de soberania nasce como uma reivindicação contra o sacro-império

e contra o papado, e como uma força de integração social no interior das fronteiras nacionais. Essa ideia de um mundo composto por Estados soberanos, que o indivíduo só pode participar das relações internacionais mediante a autorização estatal se rompe e ela se rompe na segunda metade do século XX porque os Estados continuam a ser atores muito importantes, mas nós temos o aparecimento de outros atores igualmente importantes como as organizações internacionais, como as organizações não governamentais, como os indivíduos, como as empresas multinacionais, as empresas globais. Isso leva ao rompimento de um paradigma. Nós estamos em um momento de transição paradigmática no Direito Internacional em que o velho paradigma não mais responde às questões formuladas e nós não temos ainda a formulação de um Direito de base cosmopolita que possibilite um guia, um marco seguro no qual as soberanias nacionais possam agir e possam regular as relações entre os seres humanos.

M.S. – Professor, ainda no Direito Internacional, o senhor já comentou sobre o livro que foi pedido pelo Instituto Rio Branco, o curso de Direito Internacional Público, há alguma outra obra do senhor que o senhor gostaria de destacar que teve importância, que colocou o senhor em evidência como um grande jurista?

A.A. – Olha, eu acho que há duas obras importantes, uma é o *Direito de Assistência Humanitária*, o *Direito de Assistência Humanitária* é um livro que eu escrevi sobre o impacto das tragédias humanitárias da década de 90, em que eu procurei discutir quais são os critérios para a utilização da força quando existe graves violações de Direitos Humanos cometidas pelo governo de um determinado país contra a sua própria população ou quando existem lutas étnicas de grandes proporções. A década de 90 trouxe à baila uma nova realidade; a realidade dos conflitos étnicos no interior dos Estados que têm ramificações internacionais. E o grande desafio posto às Organizações Internacionais - seja a ONU, seja a OTAN, sejam as organizações regionais – é como agir diante de situações como essa que levou, por exemplo, a ONU a elaborar um critério sobre a responsabilidade de proteger que tem merecido elogios, mas também tem merecido críticas. E um outro livro que eu destacaria é o *Comércio Internacional e Proteção do Meio Ambiente*. É um livro que eu publiquei em 2011 e nesse livro eu analiso a relação entre dois subsistemas do Direito Internacional que evoluíram de maneira praticamente autônoma após a Segunda Guerra Mundial: primeiro, o Sistema Multilateral de Comércio. O Sistema Multilateral de Comércio nasceu com a preocupação de ampliar a

eficiência dos fatores de produção, nasceu, portanto, sob o ideário liberal norte-americano do segundo pós-guerra de garantir o livre fluxo econômico internacional eliminando barreiras alfandegárias e não alfandegárias, e dando pouca ou nenhuma importância aos valores não comerciais. Havia a previsão de possibilidade de adoção de medidas com base em valores não comerciais, mas isso sempre foi interpretado no Acordo Geral de Comércio e Tarifas e na OMC de maneira muito restritiva. E outro subsistema que eu analisei foi o Direito Internacional do Meio Ambiente que surge nos anos 60 e nos anos 70 com uma vocação oposta ao do Direito do Comércio Internacional, sobretudo do Direito Internacional Econômico, que pretende ver as relações internacionais de maneira diferente como composta por vasos intercomunicantes em que a destruição da natureza, da camada de ozônio, por exemplo, tem um reflexo que atinge o planeta como um todo e não apenas uma localidade específica. Eu procurei desenvolver um método nesse livro chamado *O “Diálogo” das Fontes* que permitiria ao intérprete do Direito Internacional - eu penso aqui muito na questão da interpretação – como interpretar um caso de conflito, regras ambientais e regras comerciais. Isso vale também para o caso de Direitos Humanos, porque eu penso o Direito ao meio ambiente sadio como um Direito Humano, um Direito Humano que compatibiliza as três grandes promessas da revolução francesa: a ideia de liberdade, de igualdade e de fraternidade. E eu proponho uma interpretação com base no princípio do desenvolvimento sustentável, que está consagrado no preâmbulo do acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio. Então eu considero que qualquer interpretação de um tratado comercial não pode desprezar as regras ambientais, que na maior parte dos casos há a possibilidade de uma dissolução, de um conflito entre os tratados ambientais e os tratados comerciais e quando a possibilidade de conflito se mostra inevitável, eu sugiro alguns critérios para resolução dos conflitos privilegiando a proteção do meio ambiente. E isso tem a ver com uma outra característica do Direito Internacional contemporâneo; foi a proliferação dos subsistemas. O Direito Internacional se expandiu após a Segunda Guerra Mundial e era um Direito constituído por um número relativamente pequeno de normas nos séculos anteriores. Houve uma intensa normatização dessas questões internacionais; o Direito Internacional clássico era um Direito de coexistência entre unidades políticas soberanas, o Direito Internacional contemporâneo é um Direito que se ocupa de outros temas como a questão social, a questão econômica, a questão sanitária, a questão financeira, entre outras. E existe também no Direito Internacional, nas convenções ambientais, uma preocupação cada vez mais acentuada por valores solidarísticos. A convenção sobre

diversidade biológica, a convenção sobre o clima, mostram uma crescente preocupação com a ideia de uma solidariedade intergeracional, com a ideia de um Direito Internacional de solidariedade e não apenas com o Direito Internacional de cooperação ou de coexistência. A divisão clássica do Direito Internacional do segundo pós-guerra, como foi consagrada por Wolfgang Friedmann<sup>67</sup>, em 1964, era entre o Direito Internacional de cooperação e o direito internacional de coexistência, mas nós temos agora um Direito Internacional de Solidariedade no plano do Direito elaborado pelos Estados que é representado pela noção de uma parceria entre gerações. Mas eu me refiro também a um outro processo e esse é mais preocupante; que o Direito Internacional, hoje, não é produzido apenas entre os Estados, mas é produzido por um processo de interação entre múltiplos atores: entre os Estados, as organizações internacionais, as organizações não governamentais, indivíduos. E aqui, o tema do poder ingressa de maneira muito forte. O Direito Internacional clássico se transforma em um processo jurídico transnacional e nesse processo jurídico transnacional o peso dos atores mais fortes, dos Estados mais poderosos, das empresas que têm capacidade de impor as suas decisões em detrimento dos mais fracos cresce, e nós corremos o risco de ter um Direito moldado à luz dos interesses dos poderosos e não em benefício da maior parte da população do planeta.

C.G. – Professor, a gente perguntou sobre as suas obras, voltando um pouco mais para a perspectiva pessoal do seu percurso... Bom, esse projeto é um projeto que visa fazer as entrevistas com pessoas que são consideradas pessoas de destaque, grandes juristas no cenário brasileiro, mais especificamente no cenário de São Paulo. Na verdade, eu queria perguntar para o senhor se o senhor considera algum momento da sua trajetória uma obra, um episódio específico... Mas especificamente, em qual momento que o senhor acha que o senhor foi ou passou a ser considerado um jurista de destaque? Teve algum elemento da sua trajetória que o senhor acha que contribuiu mais, de forma mais decisiva para isso, um concurso ou uma obra publicada? Ou...o senhor poderia comentar um pouco sobre isso? O senhor tem uma posição sobre isso?

A.A. – Olha, eu não me considero um jurista de destaque. Em nenhum momento da minha vida eu me considerei como um jurista de destaque. Eu fico muito lisonjeado, muito honrado,

---

<sup>67</sup> Wolfgang Gaston Friedmann (1907 - 1972). Foi professor de Direito na Universidade de Columbia.



inclusive, com essa menção que você acaba de fazer. Eu penso, basicamente, em produzir algo que tenha um reflexo na vida das pessoas, na maneira como elas veem o mundo, alguém que procura *discutir* o mundo e revelar alternativas de possibilidades. Não me preocupa a questão do prestígio, a questão do destaque. Eu sou uma pessoa que procura viver cada dia procurando ser melhor do que era no dia anterior.

C.G. – Teve alguma obra que o senhor publicou que te deixou mais, particularmente, satisfeito com o seu próprio trabalho?

A.A. – Eu acho que o livro que eu citei; *O Comércio Internacional e a Proteção do Meio Ambiente*, e o meu curso de Direito Internacional Público porque no curso eu condensei algumas das ideias que eu tenho tido sobre o Direito Internacional, que eu tenho tentado formular e, felizmente, esse curso teve, e continua a ter uma acolhida bastante grande. Foi uma obra que foi muito agradável produzir e tem sido muito receptiva a maneira como as pessoas leem o livro, comentam o livro comigo e fazem sugestões para que eu possa aperfeiçoá-lo. Eu acho que o curso foi uma oportunidade que eu pude atingir mais pessoas. Ao escrever o livro *O Comércio Internacional e a Proteção do Meio Ambiente* eu tinha consciência de que o público a ser atingido era mais restrito e, infelizmente, no Brasil os cursos são obras que atingem um número muito mais intenso, muito maior de indivíduos. Eu já recebi comunicações de recantos longínquos do Brasil; do interior do Pernambuco, do Amazonas, do Pará, do Rio Grande do Norte, de pessoas me pedindo livro, me pedindo explicações. Eu acho que isso dá uma sensação de plenitude ao professor, de que o professor está fazendo alguma coisa que pode ter um impacto positivo na vida da sociedade e na vida das pessoas.

C.G. – A circulação desse curso deu ao senhor, inclusive, eventualmente a possibilidade de estar presente nesses outros ambientes acadêmicos, ele surtiu convites para palestras, para conferências?

A.A. – Surtiu convites, mas eu confesso a você que o curso tem uma circulação muito maior entre alunos, muito embora ele tenha sido lido por professores que costumam recomendá-lo. Mas talvez o que tenha propiciado uma...a aceitação maior do meu trabalho tenham sido artigos esparsos que eu publico no Brasil e no exterior. Eu participei o ano passado da conferência

bianual da Sociedade Europeia de Direito Internacional com um trabalho sobre Mercosul. Um artigo que eu escrevi para um o seminário sobre a América Latina, o Sela, organizado pela Universidade de Yale sobre a licença compulsória para medicamentos e sobre a possibilidade de se utilizar a licença compulsória como um instrumento para formulação de políticas públicas foi algo que teve repercussão. Por exemplo, eu recebi uma solicitação de uma pessoa que estava organizando um livro na Índia para publicar esse artigo na Índia. Então, eu pude perceber que o alcance do meu trabalho já tinha transcendido as fronteiras nacionais e que aquele artigo que eu achava que era importante para os países em desenvolvimento, continuo achando, tinha tido uma repercussão muito maior do que eu podia imaginar inicialmente.

C.G. – A gente tem uma informação, eu queria saber com o senhor se confere. Em 2011 o senhor foi nomeado para a Academia Brasileira de Letras Jurídicas...

A.A. – 2011. Não, 2012. Eu fui, na verdade, eleito em 2011 e tomei posse em 2012.

C.G. – E o que que significou essa nomeação?

A.A. – Significou um reconhecimento pelos pares. A Academia é, na verdade, Academia Paulista de Letras Jurídicas.

C.G. – Academia *Paulista*, desculpe.

A.A. – Significou um reconhecimento pelos pares, significou uma grande honraria que me foi concedida. A minha candidatura foi proposta por amigo, não foi um pleito pessoal, ela foi proposta por um amigo e foi acolhida por unanimidade. Eu fico muito satisfeito, muito honrado de pertencer a esta Academia que congrega outros importantes juristas paulistas.

M.S. – Professor, ontem a gente conversou bastante sobre a conciliação do aluno exemplar com o aluno contestador. O senhor também comentou muito sobre uma das conclusões que o senhor chegou de que a mudança interior ela transforma o mundo fora. O senhor acha que o curso de Direito tanto na graduação quando na pós-graduação ele é capaz de despertar essa mudança interior nos alunos?

A.A. – Eu acho que da maneira como ele é atualmente concebido no Brasil não. Eu acho que ele precisaria ser concebido de uma forma diferente. Eu acho que o curso jurídico, a Universidade, enfim, tem que ser uma Universidade socialmente comprometida e eticamente responsável. Ela tem que ser uma Universidade crítica, ela tem que ser uma Universidade voltada para o presente e que procura investigar as possibilidades do futuro e eu acho que os cursos jurídicos atualmente existentes no Brasil não respondem a esses quesitos. Acho que os cursos jurídicos ajudam a formar muito mais profissionais acríticos, profissionais que não tem consciência do mundo em que vivem, são meros operadores do Direito, muitas vezes operadores de baixa qualidade. Eu acho que é *urgente* uma reforma dos cursos jurídicos de maneira muito mais ampla, de um enriquecimento humanista dos cursos jurídicos do ponto de vista curricular e de uma *nova* forma de transmitir conhecimento e de produzir conhecimento. Eu acho que os cursos jurídicos enfrentam dois desafios, portanto: o desafio da produção do conhecimento novo e da transmissão do conhecimento existente. Eu acho que os cursos jurídicos brasileiros, com raras exceções, falham nesses dois aspectos; produzem pouco conhecimento novo e transmitem mal o conhecimento existente de tal sorte que os alunos depois são obrigados a se dedicar em longos períodos; o curso preparatório para ingressar na Magistratura, no Ministério Público, para terem sucesso na carreira como advogados. Enfim, em um mundo em grande transformação os cursos jurídicos têm que estimular a capacidade inovação do profissional do Direito diante de situações novas, muito mais do que reproduzir fórmulas estáticas e fórmulas que foram concebidas para um mundo que não mais existe. Portanto, nós estamos diante de uma encruzilhada: ou os cursos jurídicos mudam para se atualizarem a uma realidade cambiante, em constante transformação ou eles perderão crescentemente a funcionalidade. Eu sou esperançoso que essa mudança ocorrerá, identifico sinais dessa mudança como eu já apontei na Faculdade de Direito da USP, na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, em algumas outras escolas existentes no Brasil. Mas acho que muito ainda é preciso para que os benefícios dessa mudança possam ser realmente sentidos.

M.S. – Talvez caminhando, então, para o final da nossa entrevista, uma pergunta que nós também fazemos a todos os entrevistados: o que é para o senhor um grande jurista?

A.A. – Um grande jurista para mim é aquele que é capaz de estar sintonizado com as necessidades do seu tempo, é aquele capaz de refletir sobre o papel que o Direito exerce na sociedade em que vive e no mundo em que ele habita. O grande jurista é aquele que tem simultaneamente a capacidade de pensar o particular e associar o particular ao geral. O grande jurista é aquele que tem a sensibilidade para o conhecimento transdisciplinar e que não está encastelado ... a torre de marfim a contemplar um mundo que já desapareceu.

M.S. – Professor, tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de pontuar?

A.A. – Não sei o que vocês gostariam. Tem tantas coisas que nós poderíamos ficar o dia inteiro. [risos] Eu não sei se vocês gostariam de mais alguma coisa que eu falasse?

M.S. – Eu acho que a gente cobriu bem o nosso roteiro, mas se tiver algo que o senhor ache importante...

A.A. – Eu acho que os pontos principais... Talvez eu pudesse falar sobre o Direito cosmopolita, alguma coisa assim, mas não sei se é o caso.

C.G. – Se o senhor tiver vontade de registrar nessa entrevista alguma posição a respeito, tudo bem.

M.S. – Talvez até fazendo um paralelo com o senhor, já que essa entrevista é sobre a história da sua vida em paralelo com o Direito.

A.A. – Mas se você pudesse me perguntar alguma coisa sobre aqueles sonhos juvenis, se aqueles sonhos juvenis permanecem e como eles se traduzem na minha carreira intelectual no momento. Eu acho que essa é uma boa pergunta.

C.S. – Eu acho ótimo o senhor se fazer essa mesma pergunta. [riso] Eu acho ótima essa indagação de tentar entender a persistência ou não, a modificação dos sonhos juvenis ou das perspectivas juvenis daquele primeiro olhar que o senhor tinha sobre o Direito no restante da sua caminhada e naquilo que ela se traduz hoje em dia. O senhor poderia falar um pouco?

A.A. – Eu creio que a essência dos meus sonhos juvenis permanece. Talvez o que tenha mudado seja a forma de tentar realizá-los. Eu digo que a essência permanece porque eu continuo comprometido com os valores da paz, os valores da justiça social, da equidade ambiental, continuo empenhado em um mundo melhor do ponto de vista das relações humanas. Eu acho que... Se eu puder fazer um paralelo com aquilo que ocorreu antes - quando eu tinha dezessete, dezoito, dezenove anos, quando eu ingressei na Faculdade de Direito, quando eu vislumbrava a Diplomacia como uma possibilidade de possivelmente concretizar esses sonhos - e a minha atuação, hoje, como professor de Direito Internacional, eu diria, tentando olhar para o mundo do século XXI, que nós vivemos em um momento de superação do Direito Internacional clássico, não apenas pelas razões que eu já aponte, pela superação do Direito Internacional clássico por um processo de elaboração transnacional, mas eu acho que é importante nós nos empenharmos na construção de um Direito cosmopolita. Um Direito cosmopolita não quer dizer um Estado cosmopolita – que é temido por muitos como um Estado Totalitário de vocação imperial que abrangesse o planeta como um todo, mas um Direito cosmopolita que fixasse alguns marcos essenciais para que as soberanias nacionais e outras esferas de poder pudessem atuar. Um Direito cosmopolita consiste, assim, em um comprometimento efetivo com a humanidade como um todo, com a consciência que nós vivemos em um mundo no qual os nossos destinos, para o bem ou para mal, estão inegavelmente entrelaçados. Essa é uma realidade inescapável. Nós estamos diante de problemas que são comuns, que não dizem mais respeito a um único Estado ou a único país. Isso não quer dizer que nós devemos abandonar a perspectiva do Estado, o Estado continua a ter o seu papel, mas é preciso *construir* um Direito, uma ética cosmopolita que sejam baseados em alguns princípios morais importantes como, por exemplo, a ideia de que todos sejam merecedores de igual respeito e consideração; a ideia de que os indivíduos, por serem dotados de livre-arbítrio, devem expressar nas suas eleições pessoais, valorativas e morais a ideia de que os indivíduos são responsáveis pelos seus atos e pelas suas consequências; a ideia de que um processo político requer o consentimento não baseado no constrangimento externo, que todos devem participar das deliberações coletivas, ainda quando essas decisões transcendam a esfera dos Estados Nacionais; a ideia de que os particularmente afetados pelas decisões possam ser consultados sobre os seus efeitos; a ideia de que nós devemos lutar pela justiça social que salvguarde os indivíduos de danos extremamente graves, que seja preventiva em relação a situações que causem uma degradação substancial da vida, ou que leva a morte; e a ideia de que a sustentabilidade deve ser um

princípio diretor na condução de todo Direito cosmopolita. Então eu creio que o vínculo entre os sonhos juvenis e a minha realidade presente está justamente nessa tentativa intelectual de pensar questões que são questões globais, são questões que dizem respeito a todos, de como contribuir de alguma forma para concretizar esse Direito de base cosmopolita sem o qual a humanidade não pode ter nenhum futuro.

M.S. – Ótimo. Muitíssimo obrigada, professor.

C.G. – Muito obrigada, professor, pela oportunidade.

A.A. – Eu é que agradeço, eu que agradeço.

[FINAL DE DEPOIMENTO]